

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MAURÍCIO STUANI**

**DESEMPENHO DA ECONOMIA CHINESA NO PERÍODO 1978-  
2008: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA  
INSTITUCIONALISTA**

**Porto Alegre**

**2018**

**MAURÍCIO STUANI**

**DESEMPENHO DA ECONOMIA CHINESA NO PERÍODO 1978-  
2008: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA  
INSTITUCIONALISTA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Marcilene  
Martins

**Porto Alegre  
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Stuani, Mauricio Stuani

Desempenho da Economia Chinesa no Período 1978-2008: uma análise sob a perspectiva da teoria institucionalista / Mauricio Stuani Stuani. -- 2018. 61 f.

Orientador: Marcilene Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. China. 2. Desenvolvimento. 3. Institucionalismo. 4. Heterodoxia. I. Martins, Marcilene, orient. II. Título.

**MAURÍCIO STUANI**

**DESEMPENHO DA ECONOMIA CHINESA NO PERÍODO 1978-  
2008: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA  
INSTITUCIONALISTA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Marcilene Martins (UFRGS) – Orientadora

---

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho (UFRGS)

---

Prof. Dr. Jacqueline Angélica Hernández Haffner (UFRGS)

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus. Essencial em minha vida, pela força, coragem e sabedoria. Por não me abandonar e de estar sempre em minha presença.

Quero agradecer também a duas importantes instituições que são exemplos de luta e ensino no Brasil: UFCSPA e UFRGS. Esta, por ter me dado a oportunidade de conviver com grandes professores, de adquirir conhecimento de qualidade, de poder ter experiências que guardarei para o resto da vida, de fazer parte da minha trajetória e de poder dizer com orgulho que estudei nessa instituição. Aquela, por ter me acolhido tão bem no ambiente de trabalho e mostrado que o serviço público pode exercer papel de destaque em seus mais diversos segmentos.

Além disso, agradeço a inúmeras pessoas que passaram pela minha vida, principalmente amigas e amigos, com quem tive a oportunidade de ter grandes experiências. Não existem experiências boas ou ruins, existe uma maneira de aprender com os acontecimentos e adquirir sabedoria.

Agradeço, como não poderia deixar de fazer, a minha orientadora Marcilene Martins. Foi através do auxílio, da paciência e dos conhecimentos transmitidos que foi possível realizar este trabalho.

E, por fim, agradeço as pessoas mais importantes da minha vida. Os meus avós Clodomira, Laura, Dorival e Otavino, que servem de exemplos de vida para mim. A minha mãe Lenara, meu pai Jaime e meu irmão Eduardo, os quais sempre estiveram comigo, dando apoio, suporte, lições, aprendizados e criando uma base para que não faltasse nada. Meu muito obrigado, família.

*“History matters. It matters not just because we can learn from  
de past, but because the present and the future are connected  
to the past by the continuity of a society’s institucions. Today’s  
and tomorrow’s choices are shaped by the past.”*

*Douglass C. North*

## RESUMO

O desempenho econômico da China é um dos acontecimentos mais relevantes das últimas décadas, razão pela qual merece atenção e investigação. Antes de 1978, a China era praticamente um país agrário, subdesenvolvido, isolado do contexto global e com quase nenhuma relevância no comércio internacional. Já em 2008, o país conseguiu virar uma referência no comércio internacional, obter grandes taxas de crescimento e se tornar um exemplo para tirar países do subdesenvolvimento. Neste trabalho o desenvolvimento chinês é analisado como um processo, e não como um simples modelo. Destarte, a presente monografia analisa a performance chinesa pela visão de uma corrente de pensamento heterodoxa da economia, a Escola Institucionalista. O estudo tem respaldo em três diferentes abordagens do referido pensamento econômico, além de ter uma base de dados os quais refletem as modificações da economia chinesa. As mudanças foram possíveis através de uma série de reformas econômicas institucionais, as quais serão expostas, analisadas e elucidadas.

**Palavras Chave:** China. Desenvolvimento. Institucionalismo. Heterodoxia.

**Classificação Jel:** B52, O10, O20, O43

## **ABSTRACT**

China's economic performance is one of the most important events of the last decades, which is why it deserves attention and research. Before 1978, China was practically an agrarian country, underdeveloped, isolated from the global context and with almost no relevance in international trade. Already in 2008, the country was able to become a reference in the international trade, achieve high growth rates and become an example to take countries out of underdevelopment. In this paper, the Chinese development is analyzed as a process, not as a simple model. Therefore, the present monography analyzes the Chinese performance by the view of a heterodox current of thought of the economy, the Institutionalist School. The study is based on three different approaches to economic thinking, as well as having a database that reflects the changes in the Chinese economy. The changes were possible through a series of institutional economic reforms, which will be exposed, analyzed and elucidated.

**Keywords:** China. Development. Institutionalism. Heterodoxy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo de evolução econômica em Veblen.....	17
Figura 2 - Processo de evolução econômica em North.....	23
Gráfico 1 - Evolução do crescimento do PIB entre 1978-2010.....	26
Gráfico 2 - Crescimento do Produto Interno Bruto Chinês por Setores.....	27
Gráfico 3 - Exportações por Categorias (US\$ milhões).....	28
Gráfico 4 - Importações por Categorias (US\$ milhões).....	29
Gráfico 5 – China: fluxo e estoque de IDE recebido entre 1980-2008 (em US\$ bilhões).....	30
Gráfico 6 - Distribuição do IDE por macro setor.....	31
Gráfico 7 – Evolução do estoque das reservas internacionais entre 1982 e 2010 (US\$ Bilhões).....	33
Gráfico 8 - Balanço de pagamentos — Principais rubricas em US\$ milhões.....	34
Gráfico 9 – Evolução da taxa de câmbio entre 1980 e 2010 (RMB/US\$.....	34
Gráfico 10 - China: evolução do hiato de pobreza (% da população a baixo da linha da pobreza).....	35
Gráfico 11 - Fiação e tecelagem: custo da mão-de-obra em 2002 (US\$/hora).....	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da China e regiões no Produto Interno Bruto global 1980-2012 .....	26
Tabela 2 – Evolução das exportações, importações e corrente de comércio da China em valor e participação mundial na corrente de comércio (US\$ milhões).....	28
Tabela 3 – Exportações chinesas por categorias de produtos .....	29
Tabela 4 - Distribuição setorial do IDE. Acumulado até 2000 (Em US\$ milhões e %) .....	31
Tabela 5 - Fluxo de entrada de IDE (US\$ milhões).....	32
Tabela 6 – China: evolução da taxa de mortalidade .....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRS	Contract Responsibility System
EUA	Estados Unidos da América
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
MES	Modern Enterprise System
NEI	Nova Economia Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
SOE	State Owned Enterprise
TE	Trading Estatal
TVE	Township and Village Enterprise
VEI	Velha Economia Institucional
ZDET	Zona de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico
ZEE	Zona Econômica Especial

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
2.1	A ABORDAGEM DA “VELHA ECONOMIA INSTITUCIONAL” (VEI).....	15
2.2	A ABORDAGEM NEO-INSTITUCIONALISTA .....	18
2.3	A ABORDAGEM DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI).....	20
2.4	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	23
<b>3</b>	<b>EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS CHINESES</b> .....	<b>25</b>
3.1	CRESCIMENTO.....	25
3.2	COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	27
3.3	INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO .....	30
3.4	BALANÇA DE PAGAMENTOS.....	32
3.5	DISTRIBUIÇÃO.....	34
3.6	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	36
<b>4</b>	<b>REFORMAS ECONÔMICAS INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>38</b>
4.1	CONTEXTO E OBJETIVOS .....	39
4.2	PRIMEIRO ESTÁGIO DAS REFORMAS .....	40
4.2.1	<b>Reformas Rurais</b> .....	<b>40</b>
4.2.2	<b>Township and Villages Enterprises (TVE)</b> .....	<b>41</b>
4.2.3	<b>Zonas Econômicas Especiais (ZEE`s)</b> .....	<b>42</b>
4.2.4	<b>Política Cambial e Comercial</b> .....	<b>43</b>
4.2.4	<b>State Owned Enterprises (SOE`s)</b> .....	<b>44</b>
4.2.5	<b>Reformas nos serviços públicos</b> .....	<b>45</b>
4.3	SEGUNDO ESTÁGIO DAS REFORMAS .....	45
4.3.1	<b>Incentivo ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE)</b> .....	<b>46</b>
4.3.2	<b>Ausência de Propriedade Intelectual</b> .....	<b>47</b>
4.3.3	<b>Setor Público</b> .....	<b>47</b>
4.5	TERCEIRO ESTÁGIO DAS REFORMAS.....	48
4.5.1	<b>Ingresso na OMC</b> .....	<b>49</b>
4.5.2	<b>Reformas com o objetivo de manter um ambiente institucional estável</b> .....	<b>49</b>
4.6	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	50
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>52</b>
	<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>55</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b> .....	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1978, a China era um dos países mais isolados do mundo. Porém, em um curto espaço de tempo, com a liderança de Deng Xiaoping, o país alcançou um status de prestígio entre as principais potências mundiais. Para isso, o governo chinês adotou uma série de reformas institucionais, visando à modernização e o desenvolvimento da nação. Vale ressaltar que a mudança foi lenta, seletiva e gradual, com objetivos de longo prazo. Alguns objetivos podem ser salientados: a busca pelo desenvolvimento da nação; a inserção comercial, para competir com os grandes players no mercado global, exercendo um papel de liderança entre as nações; a inclusão de uma visão social em sua agenda; e a busca para elevar as condições de vida de sua população através do progresso econômico. A China buscou tecnologia, *know-how* e investimentos de outras partes do globo, tornando esses itens centrais e prioritários nas reformas.

Os grandes frutos dessas reformas podem ser vistos até hoje, podendo-se citar que a China possui o segundo maior PIB nominal do mundo, ficando somente atrás dos Estados Unidos (dados referentes ao ano de 2017). Porém, a discussão não se limita aos dias atuais, sendo que o crescimento econômico, principalmente pós 1978, atingiu taxas surpreendentes para uma economia até então subdesenvolvida. É importante destacar as taxas de crescimento da economia chinesa, por isso, o foco deste trabalho será de 1978 até 2008 – anos que as principais reformas institucionais aconteceram - em que as taxas médias de crescimento alcançaram níveis elevados durante 30 anos.

Por isso, o presente trabalho irá estudar a economia chinesa no período de 1978 – quando Deng Xiaoping assume o poder e começa uma série de reformas econômicas institucionais – a 2008 – ano em que acontece a crise do *subprime*. Como a China reagiu à crise não será analisado nesta monografia, já que se entendeu que os acontecimentos e reações dos chineses pós 2008 são muito recentes em termos históricos para obter uma resposta significativa.

A China foi em sentido contrário da corrente econômica ortodoxa dos últimos anos, e, com a mão forte do Estado, conseguiu orientar a economia chinesa para conseguir um crescimento econômico elevado. Sendo assim, é relevante estudar

pontos chaves para entender como a China conseguiu ter tanto sucesso em um período tão curto de tempo.

O desenvolvimento econômico recente da China é, provavelmente, um dos fatos históricos mais importantes deste final de século. Interpretar sua natureza e dinâmica constitui um dos mais intrigantes desafios para os estudiosos do desenvolvimento econômico. (MEDEIROS, 1999a, p.379)

Tem sentido falar aqui de um modelo de desenvolvimento tipicamente chinês, o qual reflete antes as particularidades institucionais e históricas da China, ou é possível pensar na sua replicação para outras realidades? As reformas econômicas promovidas pela China teriam sido decisivas para explicar tal excepcional performance de crescimento e de *upgrading* tecnológico e comercial experimentados pela economia chinesa no período citado?

O objetivo dessa monografia é expor as particularidades das reformas institucionais da economia chinesa a partir de 1978 e argumentar como elas influenciaram as mudanças estruturais e o desempenho da economia chinesa em seus mais variados indicadores.

A hipótese do presente trabalho é que o modelo de desenvolvimento chinês não pode ser replicado em qualquer caso e em qualquer ponto da história, porque o condicionamento institucional fora de importância determinante na sua trajetória. Sua influência não pode ser isolada do contexto histórico em que ela se manifesta.

Como se está interessado em estudar eventos e realizações passadas, a metodologia usada no trabalho será o do método histórico-descritivo, o qual se analisou a experiência da China em um determinado período de tempo com o objetivo de providenciar respostas para as questões particulares levantadas anteriormente.

Tentar compreender as mudanças políticas e econômicas nesse período de 30 anos faz parte da missão do presente trabalho, já que o efeito China e suas transformações são recentes em termos históricos. Com isso, essa monografia tem a intenção de iniciar uma discussão, uma maneira de contribuir com o debate dos dias atuais e ter uma visão sistêmica do processo de desenvolvimento da China – tanto em termos econômicos como sociais - afinal, a ciência econômica não trata de apenas de dados e números, mas também das instituições e pessoas que a formam.

Portanto, o capítulo seguinte será destinado a uma coleta de referências bibliográficas abordando as diferentes abordagens do pensamento institucionalista.

Nesse capítulo, o papel que as instituições exercem na sociedade será analisado. A “Velha Economia Institucional” (VEI), com foco no pensamento de Thorstein Veblen, e seu legado, que acabou tendo uma forte influência nos então chamados neo-institucionalistas também possuem grande valor nesta monografia. Além disso, há a necessidade de explicar a Nova Economia Institucional (NEI), Ronald Coase e Oliver Williamson podem ser considerados os pais dessa nova Escola, que tem Douglass North como seu expoente.

Seguindo na monografia, o terceiro capítulo irá caracterizar o alto desempenho da economia chinesa no período, apoiado em estatísticas e análises factuais. Englobará as taxas de crescimento, a evolução do comércio internacional, o progresso tecnológico e seus mais diversos indicadores econômicos.

O quarto capítulo explicará as reformas econômicas institucionais que foram implementadas a partir de 1978, com uma ampla gama de referências sobre o tema. A importância dessas mesmas reformas para o desenvolvimento chinês, o objetivo e as consequências também serão tratados nesse capítulo.

O quinto capítulo apresenta as conclusões gerais do trabalho sobre o papel das instituições e das mudanças institucionais para explicar o desempenho econômico chinês no período estudado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Medeiros (1999a), há no escopo teórico, duas teorias que se destacam quando o assunto é tentar explicar o acentuado e singular crescimento chinês do último século. Segundo o autor, uma dessas abordagens defende que o governo planejou as reformas, que serão vistas mais adiante, para que a China pudesse entrar nas cadeias globais de valor. Com a criação de instituições alternativas ao mercado, mas combinado com um processo institucional de abertura comercial com o mundo, a teoria que explica esses movimentos e segundo ele é inspirada na economia institucionalista.

Em grande parte da ciência economia do século XX, principalmente com o pensamento neoclássico, as instituições são consideradas como uma variável exógena no modelo e a tecnologia é considerada dada e constante. Ao longo do tempo, tal linha de pensamento foi sendo repensada e discutida por vários autores. Entre eles podemos citar Thorstein Veblen, com o “Velho Institucionalismo”, e os denominados neo-institucionalistas, os quais sofrem grande influência de Veblen.

As correntes de pensamento institucionalista não se preocupam com variáveis como dadas, mas sim em um processo que leva em conta uma série de fatores, como por exemplo: instituições, aspectos históricos de cada comunidade (sociedade, país, região) e mudança tecnológica. Ao decorrer do capítulo serão apresentadas as principais ideias de Veblen, bem como as de seus sucessores que foram influenciados pelo “Velho Institucionalismo”. Ademais, a Nova Economia Institucional, com novas contribuições, também agrega valor na discussão.

Para o presente trabalho, há a necessidade de explicar qual a definição de instituição, o que é a economia institucionalista, bem como a diferença de suas próprias abordagens, mas também os pontos em que elas concorrem. Afinal, como Conceição (2002a) argumenta, as diferenças entre as abordagens institucionalistas e seus enfoques teóricos não obstaculizam a importância do pensamento institucionalista, mas o tornam mais influente, dado que a diversidade que o torna mais valioso e proeminente.



## 2.1 A ABORDAGEM DA “VELHA ECONOMIA INSTITUCIONAL” (VEI)

O Institucionalismo se origina com três autores: John Commons (1934), Wesley Mitchel (1984) e Thorstein Veblen, este último ganhou bastante popularidade por seus estudos e por sua renomada e mais famosa obra “A Teoria da Classe Ociosa”. Estudar a VEI pode não ser o mesmo que estudar Veblen, porém no pensamento vebleniano podemos encontrar características essenciais da VEI. Desta forma, nesta seção iremos focar nas principais obras e pensamentos de Thorstein Veblen.

Veblen estava interessado na sociedade da época – século XIX –, nos seus modos e costumes de consumo, baseado na sociedade americana daquele tempo e de suas classes ociosas. Lopes (2013) define o termo instituição em Veblen como um conjunto de hábitos. Esses hábitos, quando se tornam coletivos, generalizados pelos homens e enraizados na sociedade formam as instituições (políticas, econômicas e sociais). Conceição (2018) nos lembra de que o termo instituição é atual, e serve como base para entender o funcionamento da sociedade nos dias de hoje.

O principal elemento do Institucionalismo de Veblen são os hábitos mentais dos indivíduos. As instituições são consideradas formas de pensamento, já que elas ordenam os padrões de desenvolvimento das sociedades. Por isso, é essencial analisar o desenvolvimento de certa sociedade em conjunto com o caráter institucional e com os hábitos de pensamento enraizados ao longo do tempo, conforme Hodgson (2007).

Segundo Hodgson (1998), o Institucionalismo de Veblen não tem como objetivo a criação de um modelo simples e geral para toda e qualquer situação, entretanto essa linha de pensamento ajuda a entender e analisar determinada situação em um determinado lugar no tempo. O específico para o geral pode ser entendido através de análises que levam em conta as concepções de hábitos e instituições.

Conceição (2002b) argumenta que a teoria vebleniana possui três pilares: primeiro, explica a inadequação e a omissão dos neoclássicos sobre a importância da questão tecnológica, já que para a teoria neoclássica essa matéria é dada, não levando em conta sua implementação e sua evolução; segundo, a teoria vebleniana não está centrada no equilíbrio estável do modelo neoclássico, mas sim em como o

crescimento se constrói, principalmente sua mudança para crescer; terceiro, e por fim, a teoria se concentra na questão tecnológica, sua transformação e melhoramento ao longo do tempo.

Além disso, Conceição (2002a) afirma que instituições são um conjunto e evolução de normas, valores e regras, já que o presente molda a situação futura, eliminando certas especificidades e fortalecendo outras, como o processo coercitivo e seletivo da natureza. Diferentes tipos de economias são definidos pela interação e evolução entre a natureza evolucionária, interação humana e instituições.

Essa natureza evolucionária pode ser compreendida de como os hábitos dos homens evoluem, mantendo os hábitos do passado, acrescentando novos hábitos no presente e transformando outros. Esse processo está relacionado com a história, dependendo das preferências dos indivíduos e como eles percebem a sociedade em qual estão inseridos, segundo Conceição (2018).

Essa evolução pode ser entendida com o conceito de *reconstitutive downward causation* segundo Lopes (2013) citando Hodgson (2002,2007). Isso quer dizer que os indivíduos moldam e influenciam as instituições, mas ao mesmo tempo as instituições fazem o mesmo processo com os indivíduos. Veblen (1988) nos mostra seu pensamento:

A vida econômica do sujeito é um processo cumulativo de adaptação de meios a fins, que se modificam, também cumulativamente, à medida que o processo ocorre; ambos, o agente e o ambiente, são em qualquer ponto resultado do último passo do processo. (VEBLEN, 1998, p.74, tradução nossa).

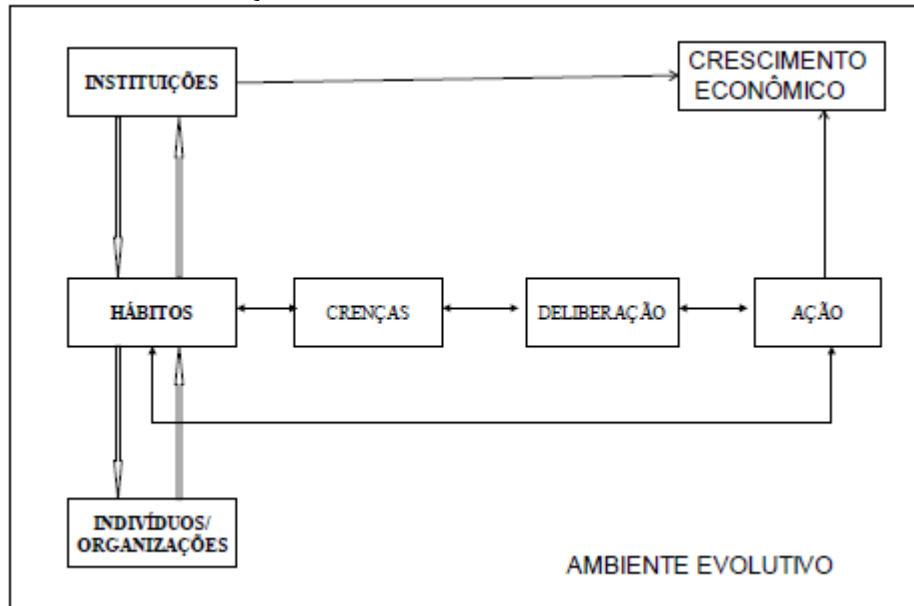
Quando os hábitos se enraízam na sociedade, formam instituições fortes que são difíceis de serem modificadas, já que os indivíduos não são propensos a mudarem os hábitos, somente quando as circunstâncias assim exigem, de acordo com Veblen (1983).

Isto é, a interação de indivíduos e instituições é essencial para o processo de crescimento econômico, se a interação indivíduos - instituições for positiva. Hábitos estimulam o espírito animal das pessoas, e caso as instituições sejam compatíveis com eles, é tomado um caminho no qual o processo econômico é reforçado, conforme Conceição (2018).

O processo de evolução econômica em Veblen pode ser visto na Figura 1, como sendo um processo dependente dos agentes e instituições a partir dos hábitos. Os hábitos mentais são afetados e afetam a deliberação e as crenças, os

quais são essenciais para explicar o crescimento da economia e da mudança institucional, segundo Lopes (2013).

Figura 1 - Processo de evolução econômica em Veblen



Fonte: Lopes (2013).

O processo tecnológico também é uma questão importante na teoria vebleniana. De acordo com Sausen (2012), citando Veblen (1918), hábitos e condutas influenciam o aspecto tecnológico. Isto é, processo tecnológico, materiais, métodos e conhecimento são necessários para o crescimento e mudança da sociedade.

Instituições e tecnologia não podem ser vistas separadamente, já que o conhecimento adquirido é aproveitado para o uso presente e possui valor para o avanço tecnológico ao longo do tempo. Além disso, o conhecimento adquirido pela experiência tem enorme valor, transportando hábitos, condutas e maneiras de pensar no avanço do conhecimento tecnológico e eficiência no decorrer das gerações.

Segundo Pessali e Fernández (1999), o Institucionalismo de Veblen e seus contemporâneos analisam o passado e o presente de determinada comunidade levando em conta as instituições e o ambiente em que elas estão inseridas, visto que são as instituições específicas de determinado tempo e espaço que asseguram a evolução tecnológica, e, por conseguinte, o crescimento econômico.

Ou seja, a história se torna relevante. Essa relevância pode ser vista em Veblen na seleção de características nas instituições ao longo do tempo. Isto é, determinados fatos do passado influenciam as instituições e a sociedade como um todo no presente, sendo de grande importância para a evolução institucional.

Um exemplo que podemos ver em Veblen é a comparação de dois países – Alemanha e Inglaterra -, conforme Arrow (2000, 2004). A Alemanha se desenvolveu mais tarde, porém com mais superioridade que a Inglaterra. O autor explica que essa diferença é dada pelo *timing* do processo, o qual leva grande importância. Enquanto os ingleses estavam presos com seus bens de capital obsoletos (principalmente seu sistema de transporte), os alemães incentivavam e colocavam em prática tecnologias mais modernas.

## 2.2 A ABORDAGEM NEO-INSTITUCIONALISTA

Os denominados neo-institucionalistas sofrem uma forte influência de Veblen, com conceitos importantes da VEI, mas também de outros pensadores<sup>1</sup>. Entre os autores que podemos chamar de neo-institucionalistas se destacam Randall Barlett, James Brock, Doug Brown, Charles Clark, James Cypher, Alan Dyer, Rick Tilman, William Waller, Charles Whalen e Randall Wray. Há várias contribuições desses autores nas mais diferentes áreas (campo da teoria geral institucional, sistemas econômicos comparados, história do pensamento econômico, desenvolvimento econômico, economia do trabalho, teoria evolucionária e organização industrial), (CONCEIÇÃO, 2007b). Porém, não cabe aqui analisar todas as abordagens, mas sim os pontos em comum que levam os diferentes autores a se aproximarem e contribuírem com o pensamento institucionalista.

O economista Warren Samuels propôs um paradigma institucionalista com três argumentos, os quais traduzem pontos em comuns entre esses vários autores. O primeiro argumento enfatiza que quem determina a real alocação dos recursos é a estrutura organizacional de determinada sociedade, ou seja, suas instituições e não somente o mercado. O segundo argumento é sobre a organização e o controle da economia (uma estrutura mais complicada que o mercado), o qual envolve vários fatores, como por exemplo: distribuição de poder na sociedade, forma de operação

---

<sup>1</sup> Commons, além de outros autores como Karl Polanyi, Wesley Mitchell, John Clark, Clarence Ayres, J. Foster, John Galbraith e Kenneth Boulding.

dos mercados, formação de conhecimento, determinação da alocação dos recursos, assim como a cultura predominante na sociedade em questão. O terceiro argumento é um ataque à teoria neoclássica. Os neo-institucionalistas defendem que os indivíduos são cultural e mutuamente interdependentes, ao contrário dos neoclássicos, os quais defendem indivíduos como independentes, auto-subsistentes e com preferências dadas. Esse argumento leva a conclusão de que o mercado é uma metáfora para as instituições que o formam, estruturam e operam através dele, conforme expõe Conceição (2002b) citando Samuels (1995).

Conceição elenca oito pontos que definem o corpo de conhecimento neo-institucionalista:

São eles: a ênfase na evolução social e econômica com orientação explicitamente ativista das instituições sociais; o controle social e o exercício da ação coletiva constituem a economia de mercado, que é um “sistema de controle social” representado pelas instituições, as quais a conformam e a fazem operar; a ênfase na tecnologia como força maior na transformação do sistema econômico; o determinante último da alocação de recursos não é o mecanismo abstrato de mercado, mas as instituições, especialmente as estruturas de poder, que os estruturam; a “teoria do valor” dos institucionalistas não se preocupa com os preços relativos das mercadorias, mas com o processo pelo qual os valores se incorporam e se projetam nas instituições, estruturas e comportamentos sociais; a cultura tem um papel dual no processo da “causação cumulativa” ou coevolução, porque é produto da contínua interdependência entre indivíduos e subgrupos; a estrutura de poder e as relações sociais geram uma estrutura marcada pela desigualdade e hierarquia, razão pela qual as instituições tendem a ser pluralistas ou democráticas em suas orientações; e os institucionalistas são holísticos, permitindo o recurso a outras disciplinas, o que torna seu objeto de estudo econômico, necessariamente, multidisciplinar. (CONCEIÇÃO, 2000, p. 33)

Os diferentes autores neo-institucionalistas podem apresentar pequenas diferenças entre si, porém se aproximam do “corpo de conhecimento” neo-institucionalista, negando que a economia funcione como algo estático, regulado pelo mercado que se encontrar em equilíbrio constante (CONCEIÇÃO, 2000).

Além disso, os neo-institucionalistas, de acordo com Pierson (2004), contribuíram com a valorização da dimensão temporal para analisar determinadas políticas. Ele argumenta que o momento da tomada de decisão, bem como os eventos passados (trajetória histórica) e a sequência de eventos importam para a definição de políticas.

Isto é, na abordagem do autor, as escolhas públicas se desdobram no tempo, criando regras e estruturas, mobilizando recursos e envolvendo diversos agentes.

Com isso, determinada política pública se torna institucionalizada, aumentando suas chances de se prolongar no tempo e diminuindo os riscos de alterações bruscas.

### 2.3 A ABORDAGEN DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

A Nova Economia Institucional está centrada nos custos de transação, principalmente com aspectos microeconômicos, economia do trabalho, organização industrial e enfatiza a teoria da firma com uma abordagem histórica (Conceição, 2002b). Entre os principais autores dessa abordagem podem ser citados Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglas North.

Enquanto Coase (1937) e Williamson (1985) tinham como preocupação central o estudo de quais estruturas de governança seriam mais adequadas ao objetivo de economizar custos de transação, North (1990) colocou as instituições no centro do processo de desenvolvimento da sociedade, mas o fez estabelecendo ligação de instituições com a abordagem neoclássica, feita principalmente através do conceito de custos de transação de Ronald Coase e Oliver Williamson. Este define os custos de transação atrelados à racionalidade limitada dos agentes e ao oportunismo da organização econômica, que fazem surgir “falhas de mercado” e aumentam os custos de transação. Aquele se refere a custos de transação como mecanismos de preços e estrutura de um contrato, quanto menor os preços e quanto mais completo o contrato, menor os custos de transação da empresa.

De acordo com Conceição (2002b), há na NEI três hipóteses básicas:

[..] em primeiro lugar, as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; em segundo lugar, a tecnologia, embora se constitua em aspecto fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; e, em terceiro lugar, as “falhas de mercado” são centrais à análise (Williamson, 1991a, p. 18), o que confere importância às “hierarquias” no referido marco conceitual. (CONCEIÇÃO, 2002a, p. 127)

Há a necessidade de explicar o termo instituição. Segundo North (1994), instituições são formas (tanto formais – leis, constituições, normas, direito de propriedade -, quanto informais – convenções, códigos de conduta, tradições, costumes) criadas pelos seres humanos para regular sua interação em sociedade. O principal papel delas é reduzir as incertezas do ambiente competitivo.

Já as organizações, são aquelas que geram dinâmica no modelo, como por exemplo:

[..]political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers). (NORTH, 1990. p. 5)

Com isso, pode-se concluir que as três hipóteses básicas elencados na NEI – que se fundamentam na racionalidade limitada dos agentes, assim como no oportunismo - são hipóteses que justificam o porquê de haver custos de transação (Conceição, 2002a). Assim sendo, as organizações e os custos de transação definem as instituições e o ambiente no qual elas estão inseridas, carregado por incertezas, oportunismos e racionalidade limitada.

Juntando as definições anteriores, North (1990) utiliza uma metáfora: a do dos jogos esportivos. Segundo o autor, as instituições são as regras do jogo, enquanto as organizações são os times que disputam o campeonato. Completando a argumentação, North (1991, p. 109) inclui a definição de matriz institucional: “*The institutional matrix consists of an interdependent web of institutions and consequent political and economic organizations[...]*”, a qual é responsável pelo desempenho econômico e pela evolução institucional dos países.

Outra importância de North é o papel da história e o conceito de *path dependence*, ou dependência de trajetória. Ela serve como um modelo para analisar um processo histórico em determinado lugar, quando certos atores - os quais podemos definir como essenciais - resultam na criação de instituições as quais se perpetuam e se reproduzem ao longo do tempo.

O conceito da dependência da trajetória, no caso da mudança institucional, significa que mesmo instituições ineficientes acabam se perpetuando ao longo do tempo, não se extinguindo. Segundo North (1990), se agentes racionais com informações limitadas possuem retornos crescentes (aumento em X dos insumos equivale ao um aumento mais que proporcional na produção), alinhados com tecnologias obsoletas em um dado período no tempo, acabam dinamizando o sistema e a escolha acaba se tornando ótima, já que para o autor o sistema pode ter vários equilíbrios.

Desde que haja retornos crescentes – mesmo que no futuro essa mesma escolha acabe se tornando ineficiente - a tendência é que se permaneça na

trajetória de mudança institucional. Assim, o começo de uma mudança institucional é de extrema importância para a sua futura trajetória, as decisões do passado interferem diretamente no presente e escolhas futuras. Por esse motivo a história se torna relevante. Vale lembrar que o autor enfatiza que a mudança institucional é de forma gradual.

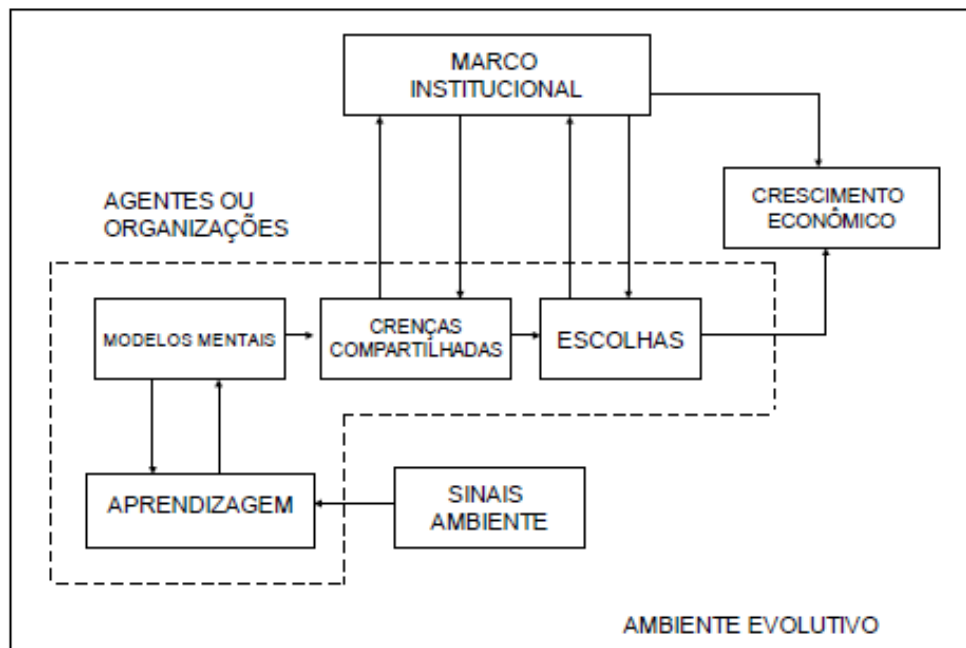
Um esquema da teoria de Douglass North é feito por Gaia (2003, p. 103), com base em Eggertsson (1998), Garcia et al (1999), Medeiros (2001) e North (1990,1999):

- a) o ambiente econômico e social dos agentes é permeado por incerteza;
- b) a principal consequência dessa incerteza são os custos de transação;
- c) para reduzirem os custos de transação e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem instituições. Estas são um contínuo de regras com dois extremos: formais e informais;
- d) o conjunto dessas regras pode ser encontrado na matriz institucional das sociedades. A dinâmica dessa matriz será sempre *path dependente*;
- e) a partir dessa matriz, definem-se os estímulos para o surgimento de organizações que podem ser econômicas, sociais e políticas;
- f) estas interagem entre si, com os recursos econômicos e com a própria matriz institucional, portanto, responsáveis pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo.

Conforme descrito na Figura 2, pode-se entender que o crescimento depende das escolhas dos agentes combinados com as instituições vigentes e em modificação ao longo do tempo. As crenças compartilhadas das pessoas, as quais evoluem pela aprendizagem, formam as instituições e escolhas dos indivíduos. Podemos concluir que o processo de tomada de decisão vai além de uma escolha racional como prega a teoria ortodoxa. Além disso, como explica Lopes (2013), os agentes, com sua tecnologia de produção, interagem com as instituições e determinam os custos de transação.



Figura 2 - Processo de evolução econômica em North



Fonte: Lopes (2013).

## 2.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Podemos concluir este capítulo com o pensamento de que trajetórias de desenvolvimento econômico de cada comunidade são diferentes. Ou seja, cada país, região, ou sociedade possuem uma série de variáveis políticas, históricas, sociais e culturais próprias que devem ser levadas em conta na análise de determinada situação, e não apenas levar em consideração variáveis de natureza econômica.

Com uma breve análise dos principais pontos das diferentes vertentes do Institucionalismo, cabe ressaltar os pontos em que elas têm um entendimento em comum. O primeiro deles é a visão de que o crescimento não é um modelo, mas sim um processo, no sentido de que a história dos países assim como suas respectivas particularidades são importantes, ou seja, a história ganha importância. O legado do passado condiciona o presente e o futuro. Há também a negação de um padrão ou modelo único de crescimento, já que o ambiente é permeado por incertezas. Por fim, os agentes econômicos entendidos como indivíduos, influenciam as instituições e a esfera microeconômica na definição de suas trajetórias.

Qualquer ação praticada em determinado período de tempo no passado, combinada com as singularidades do ambiente institucional de determinada

comunidade, terá consequências para a tomada de decisão no presente e futuro. No caso chinês, uma ação planejada pelo Estado, com uma integração de hábitos e aceitação pela sociedade chinesa, tomando em conta as particularidades daquela sociedade, levou a uma mudança institucional na economia desse país. Os indicadores que refletem a evolução da economia chinesa serão analisados no próximo capítulo.

### **3 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS CHINESES**

O capítulo anterior serve de base para entender a evolução da economia chinesa no período. Analisar e entender as particularidades de como a China evoluiu em suas diferentes variáveis é essencial para compreender como a China modificou seus mais variados indicadores econômicos em um período de 30 anos.

Continuando com o proposto pelo trabalho, o propósito deste capítulo é mostrar um pano de fundo do que aconteceu nesses anos. Os dados que vão ser apresentados da economia chinesa refletem de maneira importante as reformas implementadas a partir de 1978 na China. Com o fim da era Mao, e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, mudanças na estrutura econômica chinesa foram vitais para o grande crescimento da economia e das grandes mudanças feitas em outras variáveis econômicas, como pode ser visto ao longo do capítulo.

#### **3.1 CRESCIMENTO**

A China vem experimentando um grande crescimento nessas últimas décadas. Como podemos ver na Tabela 1, a economia chinesa vem ganhando relevância no cenário internacional, sendo destaque no mundo inteiro. A participação na economia mundial passou de 1,9% no começo de 1980, para quase 10% no final da primeira década dos anos 2000, tornando-a potência líder na Ásia e fazendo frente com todos os países desenvolvidos, cuja participação conjunta na economia global sofreu grande queda no período. Enquanto isso, outros países em desenvolvimento (excluindo a China) apenas elevaram marginalmente seus índices de participação no PIB mundial. A importância do crescimento Chinês se faz importante de analisar.

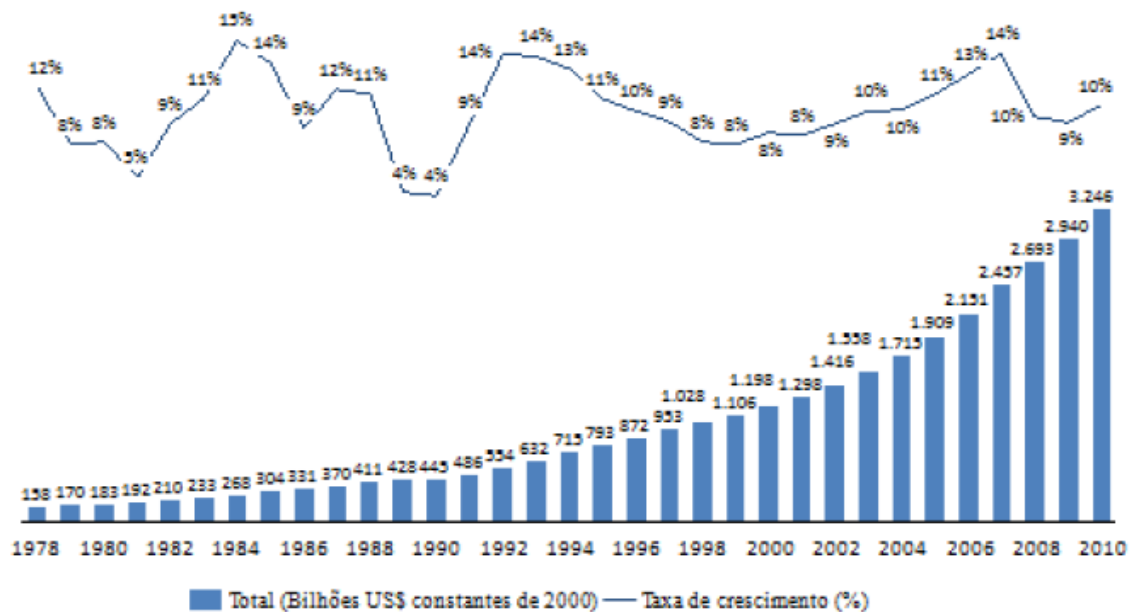
Tabela 1 - Participação da China e regiões no Produto Interno Bruto global 1980-2012

REGIÃO OU PAÍS	1980	1990	2000	2005	2010	2011	2012
<b>Países desenvolvidos</b> .....	76,4	79,7	79,9	76,2	66,5	52,1	50,5
<b>Países em desenvolvimento</b> .....	23,6	20,3	20,1	23,8	33,5	48,6	50,2
Ásia .....	6,2	5,1	7,3	8,9	14,7	16,7	18,9
China .....	1,9	1,8	3,7	5	9,3	10,7	11,8
<b>Países em desenvolvimento (exceto China)</b> .....	21,7	18,5	16,4	18,8	24,2	38	38,4

Fonte: Haffner, J. A. H et al. (2017).

A evolução da taxa de crescimento do PIB no período pode ser analisada no Gráfico 1, no qual a alta taxa de crescimento, anteriormente discutida, se manteve rigorosamente alta no período.

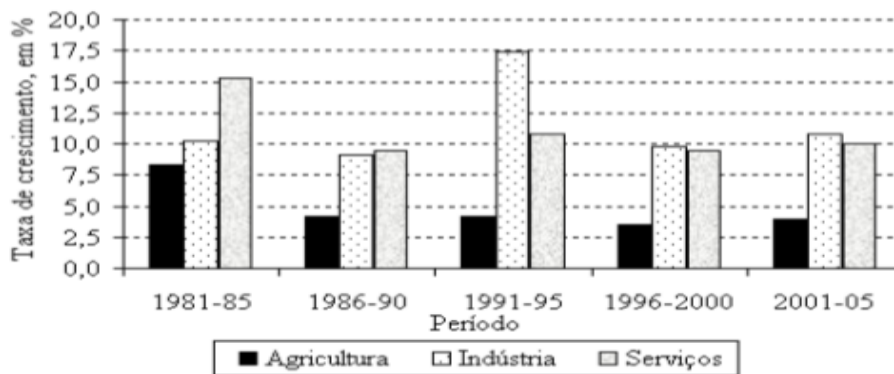
Gráfico 1 - Evolução do crescimento do PIB entre 1978-2010



Fonte: Carvalho(2013).

Com as reformas implementadas por Deng Xiaoping a partir do final dos anos 70 do século passado, a China também experimentou uma grande mudança na estrutura do seu PIB por setor. Como nos mostra a Gráfico 2, em que a agricultura (produtos com pouco valor adicionado), desacelerou seu crescimento de 40% para 16% no período. Ela cedeu espaço para a participação crescente da indústria e serviços (produtos com maior valor agregado), movimento provocado pelo acelerado ritmo de crescimento da produção nesses últimos setores.

Gráfico 2 - Crescimento do Produto Interno Bruto Chinês por Setores



Fonte: Oliveira (2008).

### 3.2 COMÉRCIO INTERNACIONAL

Segundo Nonnenberg (2010), uma das principais evoluções no desenvolvimento chinês a partir de 1978 foi a do comércio internacional. A China adotou uma estratégia de importar para exportar. As importações serviriam como insumos para agregar valor no território chinês (utilizando mão-de-obra barata) para futura exportação, alterando o setor produtivo, criando bases para o avanço da indústria chinesa, como também o aumento de produtos de alta tecnologia.

Segundo Medeiros (1999c), é importante salientar o comportamento das importações e exportações. A grande modernização que ocorreu na China nasceu da necessidade de que as exportações superassem as importações com a finalidade de modernizar sua capacidade tecnológica, aumentar o crescimento industrial e da agricultura, e, por conseguinte, acumular divisas.

Como podemos ver na Tabela 2, o percentual de participação na corrente de comércio mundial aumentou de 1,5% na década de 1980 para 7,7% em 2007, assim como a participação percentual nas exportações e importações no comércio mundial, do mesmo modo podemos ver os valores brutos do de todas essas variáveis. Nos Gráficos 3 e 4 podemos ver a grande evolução das exportações e importações chinesas.

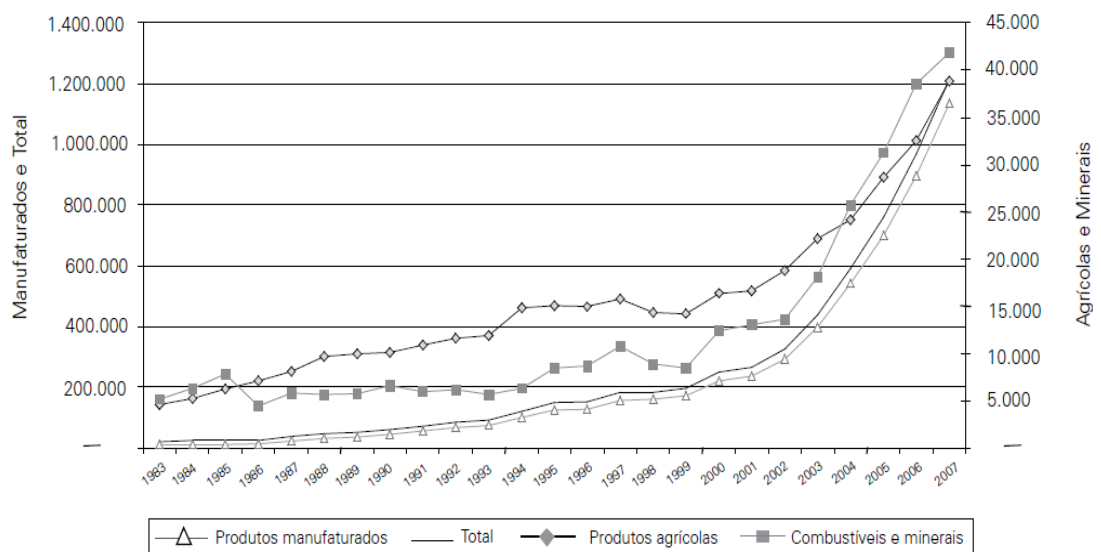
Tabela 2 – Evolução das exportações, importações e corrente de comércio da China em valor e participação mundial na corrente de comércio (US\$ milhões)

ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		CORRENTE DE COMÉRCIO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(%)					
1980-89	31	1,4	35	1,6	66	1,5
1990-99	129	2,9	114	2,6	243	2,6
2000	249	3,9	225	3,4	474	3,7
2001	266	4,3	244	3,8	510	4,1
2002	326	5,1	295	4,5	621	4,8
2003	438	5,9	413	5,3	851	5,6
2004	593	6,5	561	5,9	1.155	6,2
2005	762	7,3	660	6,1	1.422	6,7
2006	969	8	792	6,4	1.761	7,2
2007	1.218	8,8	956	6,7	2.174	7,7
2008	1.429	8,9	1.132	6,9	2.560	7,9
2009	1.202	9,7	1.004	7,9	2.206	8,8
2010	990	10,4	886	9	1.876	9,7
2011	1.898	11,6	1.743	10,1	3.642	10,6
2012	2.044	12,5	1.749	10,4	3.793	11,2

Fonte: Haffner, J. A. H et al.(2017).

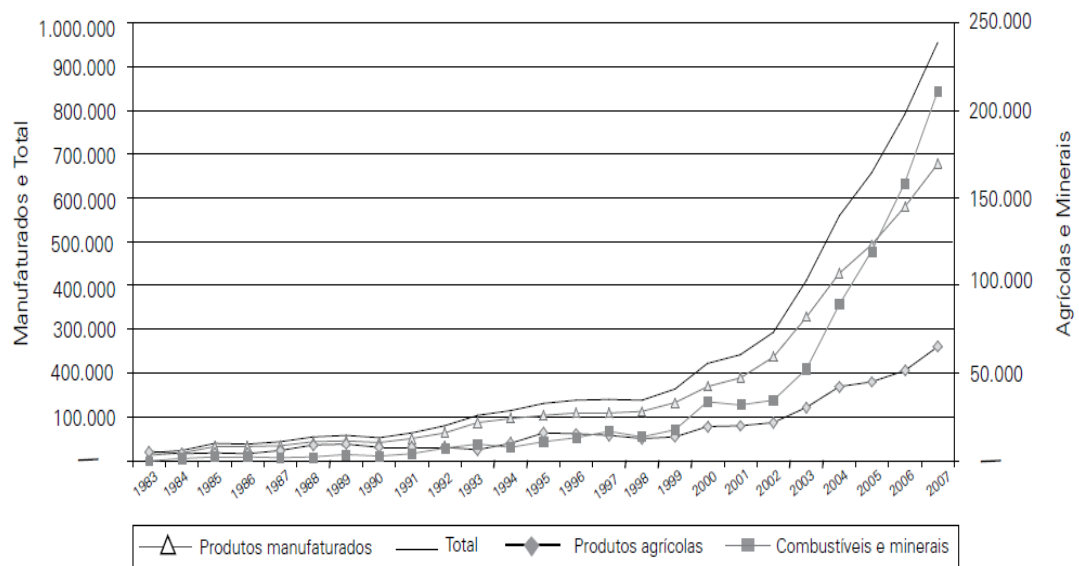
Vale destacar que o crescimento das exportações foi substancialmente influenciado por produtos manufaturados, em particular: material de escritórios e de telecomunicações, conforme Nonnenberg (2010). Já as importações, aumentaram por causa dos produtos siderúrgicos e equipamentos mecânicos, essenciais para agregar valor no produto final. As mudanças no sistema de tarifas em 1985 e em 1995, assim como a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) também incentivaram o crescimento no comércio internacional.

Gráfico 3 - Exportações por Categorias (US\$ milhões)



Fonte: NONNENBERG, M. J. B.(2010).

Gráfico 4 - Importações por Categorias (US\$ milhões)



Fonte: NONNENBERG, M. J. B.(2010)

Como pode ser visto na Tabela 3, houve grande aumento quantitativo das exportações, porém o salto qualitativo é ainda maior. A participação de bens primários no total das exportações decresceu mais de 90% no período nas participações totais, enquanto os produtos de alta tecnologia (inexpressivos no começo do período) alcançaram 24,7% no total das exportações em 2012. Já os manufaturados aumentaram mais de 100% sua participação no total de exportações.

Tabela 3 – Exportações chinesas por categorias de produtos

CATEGORIAS	1985	1990	1995	2000	2006	2012
<b>Manufaturados (US\$ 100 milhões) ....</b>	135	462	1.273	2.237	9.160	19.482
Participação % no total de exportações	49,4	74,4	85,6	89,8	94,5	95,1
<b>Produtos de alta tecnologia (US\$ 100 milhões) .....</b>	-	43,1	131	417	2.731	5.056
Participação % no total de exportações	-	6,9	8,8	16,7	28,2	24,7
Participação % nas exportações de manufaturas .....	-	9,3	10,3	18,7	29,8	26,0
<b>Produtos Primários (US\$ 100 milhões) .....</b>	138	159	215	254	529	1.006
Participação % no total de exportações.	50,6	25,6	14,4	10,2	5,5	4,9
<b>Total .....</b>	273	621	1.489	2.492	9.689	20.487

Fonte: HAFFNER, J. A. H et al.(2017).

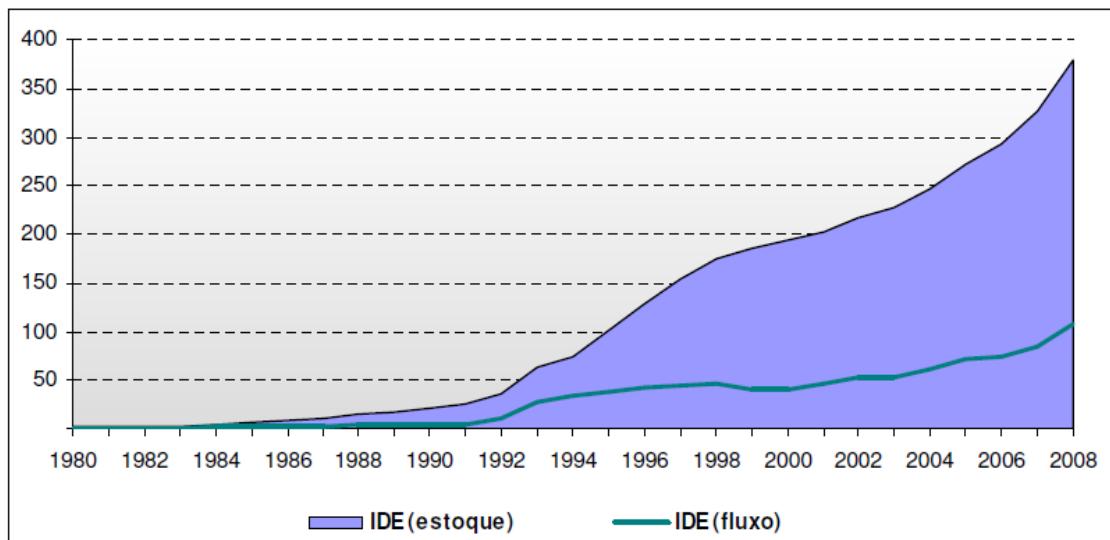
Outro ponto importante a ser analisado é em relação a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) – áreas especificamente destinadas para o direcionamento de atividade industrial a partir do oferecimento de vantagens para

atrair investimentos estrangeiros -, as quais serão objeto de estudo mais detalhado no próximo capítulo.

### 3.3 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO (IDE)

No Gráfico 5 são exibidos os fluxos e estoques de investimento direto estrangeiro na China. Vale que ressaltar a partir de 1980 os IDE's começam a serem considerados estratégicos, conseqüentemente foi iniciado políticas para recebimento de IDE.

Gráfico 5 – China: fluxo e estoque de IDE recebido entre 1980-2008 (em US\$ bilhões)

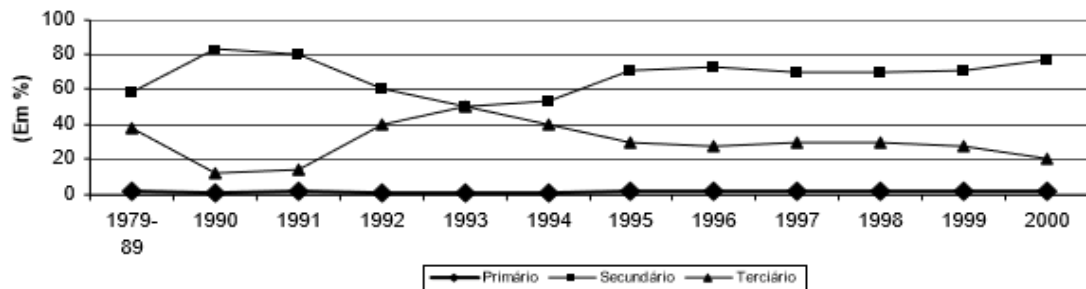


Fonte: Leão (2010).

O setor que recebeu IDE's na China está relacionado com a fase da abertura comercial chinesa. Segundo Acioly (2005), no período inicial da reforma (final dos anos 70 e começo dos anos 80 do século passado) os IDE's estavam voltados para o setor terciário. Já a partir de 1986, o governo adotou medidas para incentivar entrada de investimentos para setores voltados para exportação, principalmente no setor industrial de maior tecnologia. O setor de manufaturas passou a ser o principal destino de IDE's desde então. O segundo estágio das reformas econômicas (a partir dos anos 90 até o final do século passado) é enfatizado no Gráfico 6.



Gráfico 6 - Distribuição do IDE por macro setor



Fonte: Acioly (2005)

Na Tabela 4 pode ser visto a mudança na distribuição de IDE no acumulado até 2000 (período em que houve remodelação de recebimento de IDE's). A indústria chinesa de transformação passou a ser a principal recebedora de IDE's, acumulando praticamente 61% dos IDE's. Esse estágio foi essencial para a industrialização e futura internacionalização da economia chinesa.

Tabela 4 - Distribuição setorial do IDE. Acumulado até 2000 (Em US\$ milhões e %)

Setor	N. projetos	%	Valor contratual	%
<i>Total</i>	363.885	100,0	676.097	100,0
Agricultura, caça e pesca	10.355	2,8	1.231	0,2
Indústria	265.609	73,0	411.534	60,9
Construção	9.059	2,5	19.691	2,9
Transportes, correios e telecomunicações	4.027	1,1	16.386	2,4
Comércio varejo e atacado	18.410	5,1	23.396	3,5
Imóveis e utilidades públicas	37.252	10,2	159.443	23,6
Saúde, esporte e serviços sociais	1.030	0,3	4.773	0,7
Art. rádio, filme e televisão	1.336	0,4	2.123	0,3
Pesquisa científica e serviços politécnicos	2510	0,7	2.124	0,3
Outros	14297	3,9	24.217	3,6

Fonte: Acioly (2005).

A grande parte desses investimentos teve como destino as ZEE's, as quais estavam localizadas em partes costeiras chinesas (facilidade de exportar) com incentivos e redução fiscais. Enquanto isso, os principais investidores estrangeiros entre 1979 e 2000 eram Hong Kong com 51%, seguido de Estados Unidos e União Europeia com 9%, Japão e Taiwan com 8% e Singapura com 5% (ACIOLY, 2005, p. 27).

A China como uma nação em desenvolvimento passou a ser um pólo de atração para IDE's, transformando as relações da economia asiática e dos países em desenvolvimento. Em 1980 os IDE's voltados para a economia da china eram

equivalentes a 0,1% de todo o IDE mundial, já em 2005, esse valor passou para 7,9%. Os incentivos que o país oferecia atraíram muitos investidores e absorveu grande parte dos fluxos de IDE's do cenário global, conforme Acioly (2005). Os movimentos de recepção do IDE's e sua grande evolução podem ser vistos na Tabela 5. Não apenas quantitativamente em relação à própria China, mas em relação a todo fluxo de entrada de IDE's no mundo e, principalmente, em relação a economias em desenvolvimento e países vizinhos no Leste Asiático.

Tabela 5 - Fluxo de entrada de IDE (US\$ milhões)

	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Mundo	55.272	201.614	1.409.568	832.248	617.732	557.869	710.755	916.277
Economias em desenv.	7.674	35.897	254.593	210.538	162.055	172.846	260.236	320.670
Ásia	633	22.642	147.933	112.045	96.125	110.137	156.622	199.554
China	57	3.487	40.715	46.878	52.743	53.505	60.630	72.406
% dos IDEs p/ China no mundo	0,1	1,7	2,9	5,6	8,5	9,6	8,5	7,9
% dos IDEs p/ China entre os países em des.	0,7	9,7	16	22,3	32,5	31	23,3	22,6
% dos IDEs na Ásia	9	15,4	27,5	41,8	54,9	48,6	38,7	36,3

Fonte: UNCTAD.

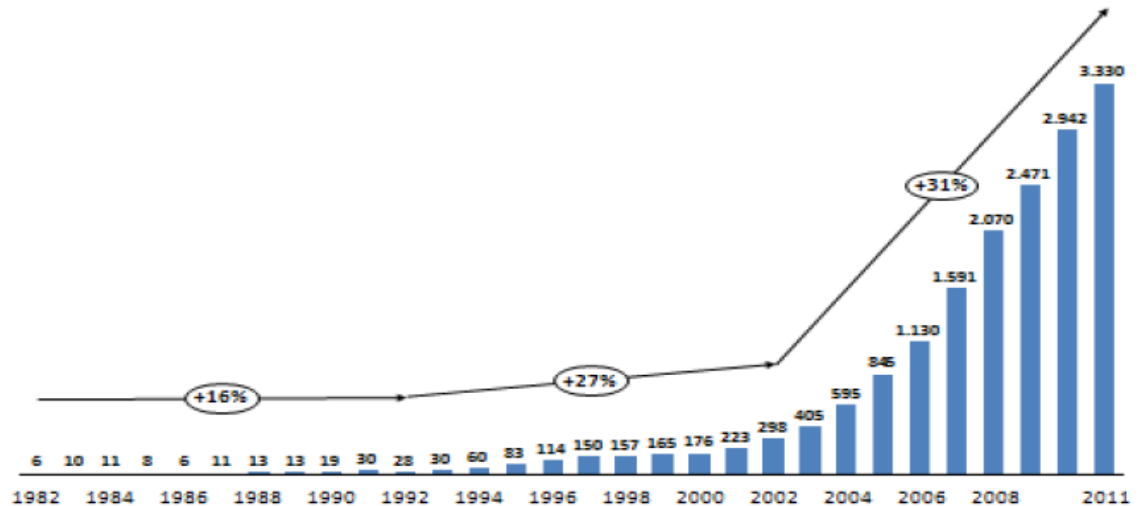
### 3.4 BALANÇA DE PAGAMENTOS

A política cambial chinesa foi essencial para atrair investimentos e divisas para o país, já que o câmbio era frequentemente desvalorizado. O câmbio também foi usado para driblar as restrições que ocorriam no balanço de pagamentos, visto que a indústria chinesa passava por um processo de modernização, por meio de um processo de substituição de importações (OLIVEIRA, 2008).

Medeiros (1999c) explica que na década de 1980 as importações se elevaram, levando ao um déficit comercial em 1985. A partir deste ano, ocorreu um processo de substituição de importações, reduzindo a importação de bens intermediários, de consumo e alimentares, e importando máquinas e equipamentos. Ao fim da década de 1980, o financiamento externo líquido se tornou positivo sustentando as altas taxas de crescimento, porém, como enfatiza o autor, somente a partir dos anos 90 que o saldo das exportações e a grande leva de investimentos

atingiriam grandes proporções. No Gráfico 7 podemos ver a evolução das reservas internacionais chinesas.

Gráfico 7 – Evolução do estoque das reservas internacionais entre 1982 e 2010 (US\$ Bilhões)

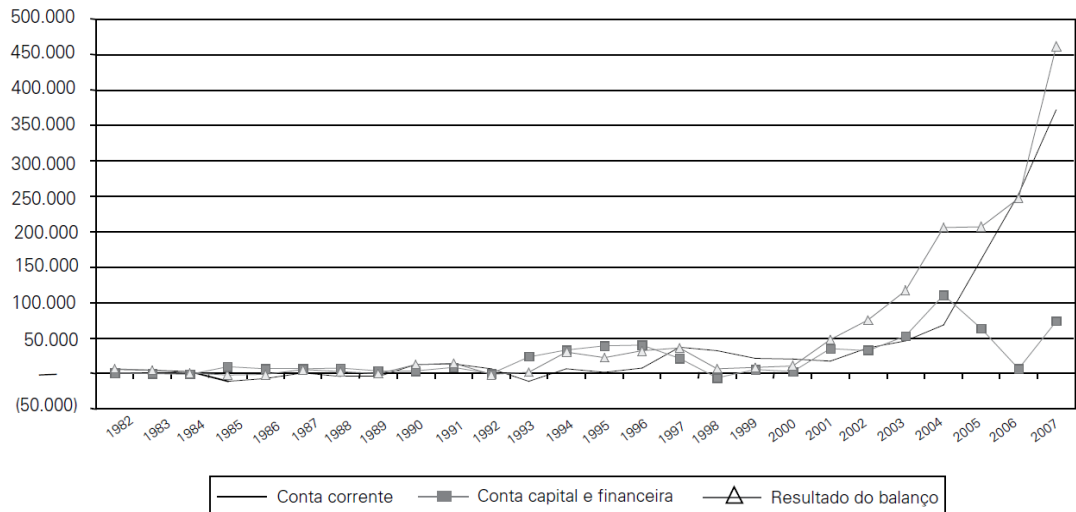


Fonte: Carvalho (2013).

O crescimento das exportações chinesas a partir da entrada na OMC resultou em uma elevação dos saldos comerciais externos da China. Aumentos expressivos nas exportações elevaram suas reservas internacionais, que eram inferiores a US\$ 150 bilhões, em 1997, para US\$ 2 trilhões, em 2008. Esse processo de manter o câmbio fixo e a concentração de grandes valores nas reservas internacionais sem gerar grandes pressões inflacionárias apenas foi possível graças ao gasto do governo, que subiu de 6,5% do PIB em 1990 para 15,7% em 2008 (NONNENBERG, 2010, p. 212). O autor ainda enfatiza a importância das ZEE's a partir de 1980, que com grandes incentivos permitiu o ingresso de fluxos externos de capital, permitindo um equilíbrio no balanço de pagamentos, como pode ser visto no Gráfico 8.

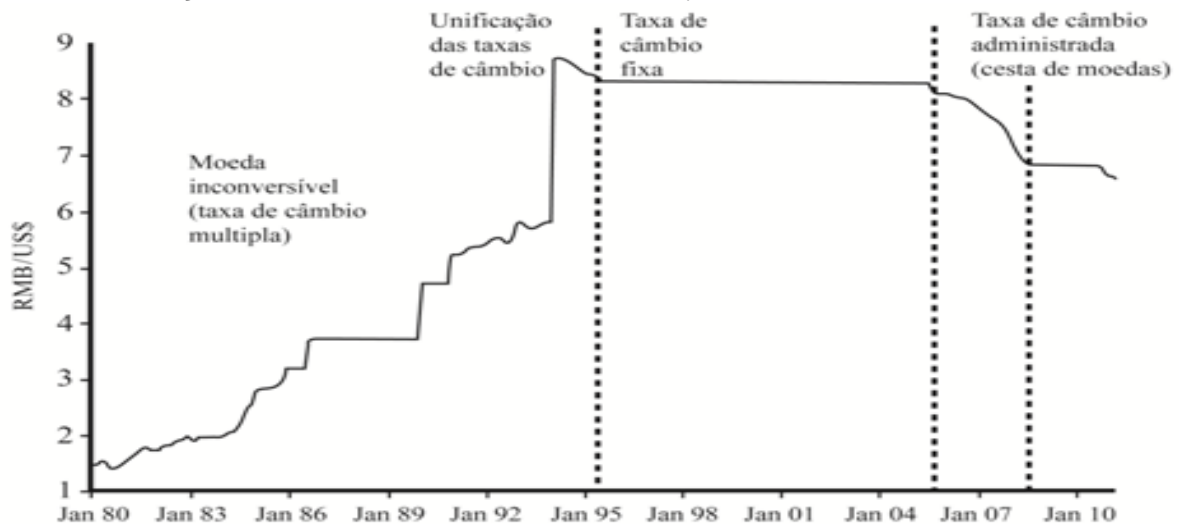
No tocante à taxa de câmbio, o renminbi se desvalorizou cerca de 400% em termos nominais no período de 1981 e 1995, permanecendo constante até julho de 2005 (NONNENBERG, 2008, p. 25). No Gráfico 9 podemos analisar a evolução da taxa de câmbio chinesa.

Gráfico 8 - Balanço de pagamentos — Principais rubricas em US\$ milhões



Fonte: Nonnenberg (2010).

Gráfico 9 – Evolução da taxa de câmbio entre 1980 e 2010 (RMB/US\$)

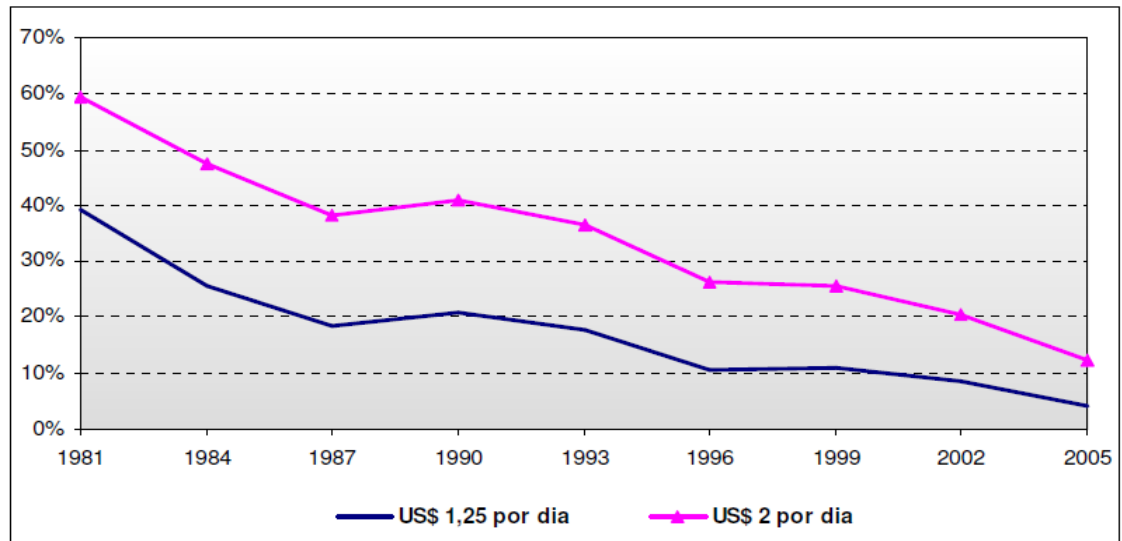


Fonte: Carvalho (2013).

### 3.5 DISTRIBUIÇÃO

A partir de 1978 a China apresentou grande avanço nos indicadores de crescimento econômico e aumento tecnológico, porém outros indicadores também apresentaram evolução, como por exemplo, nos aspectos distributivos. A China vivenciou nesse período uma redução da pobreza, principalmente na área rural, e uma estagnação na pobreza urbana, já que houve uma grande urbanização e uma expansão do crescimento de empresas privadas, mecanismos clássicos que indicam concentração de renda (MEDEIROS, 2008). Os dados da evolução do hiato de pobreza podem ser vistos no Gráfico 10.

Gráfico 10 - China: evolução do hiato de pobreza (% da população a baixo da linha da pobreza) 1981-2005 (anos selecionados) (em %)



Fonte: Leão (2010).

Além disso, a expansão econômica chinesa elevou os principais bens essenciais da população, como por exemplo: roupas, alimentos, como também bens de consumo duráveis. Esse movimento contribuiu com a diminuição da taxa de mortalidade, principalmente a infantil, como pode ser visto na Tabela 6.

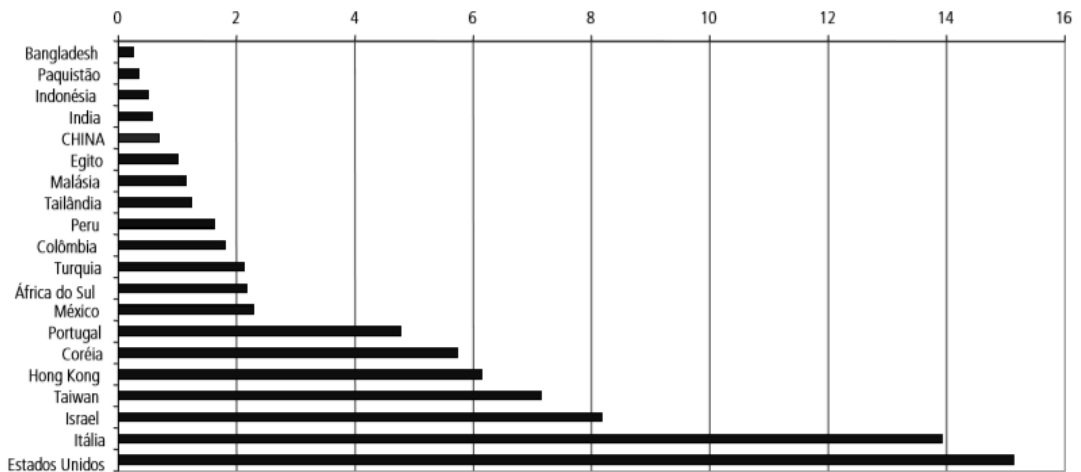
Porém, no começo do milênio, os salários chineses ainda eram muito baixos comparados a outros países. Um desses exemplos pode ser visto na indústria de tecelagem, ilustrado no Gráfico 11. Segundo Nonnenberg (2008), há quatro fatores que impediram a elevada substancial no nível dos salários: baixa disponibilidade de capital e capacidade gerencial; baixa qualificação; instituição da concepção de hierarquia e disciplina enraizada na população (difícilmente há pressões ou greves por aumento salarial); e direitos trabalhistas quase inexistentes na sociedade chinesa. Todavia, o baixo custo de mão-de-obra foi essencial para a captação de IDE's.

Tabela 6 – China: evolução da taxa de mortalidade  
1980-2008 (anos selecionados) (óbitos a cada 1000 pessoas)

	Taxa de mortalidade		
	Feminina	Masculina	Infantil
1980	148,0	185,0	46,1
1990	135,0	160,0	36,8
2000	107,7	165,9	29,8
2001	104,5	163,8	-
2002	101,4	161,7	-
2003	98,8	159,6	-
2004	96,9	157,6	-
2005	95,0	155,5	21,5
2006	93,1	153,4	20,2
2007	91,2	151,4	19,0
2008	89,5	149,2	17,8

Fonte: Carvalho (2013).

Gráfico 11 - Fiação e tecelagem: custo da mão-de-obra em 2002 (US\$/hora)



Fonte: Nonnenberg (2008)

### 3.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

Ao longo do período analisado, ficou evidente que a economia chinesa passou a ter papel de destaque no cenário mundial, sendo uma das bases comerciais, produtivas e tecnológicas do mundo. O crescimento do PIB foi aproximadamente 10% ao ano, com mudanças na estrutura interna do produto por setores, sendo a indústria aquela que mais cresceu em termos percentuais. Já nos termos comerciais, a China, que em 1978 possuía relativamente nenhum peso no comércio internacional, passou ter grande importância no cenário mundial.

O país recebeu grande quantidade de IDE's, os quais contribuíram para o *catching-up* tecnológico do país em relação a outros países desenvolvidos, além de contribuir para o saldo do balanço de pagamentos se manter positivo no período. Já em relação à distribuição, a China conseguiu crescer e diminuir o hiato de pobreza da população, da mesma maneira que conseguiu diminuir a taxa de mortalidade (principalmente a infantil).

Como a China conseguiu evoluir em seus mais variados indicadores, desde o desempenho econômico a diversificação na questão tecnológica? Foi devido a suas singularidades e mudanças institucionais ou a uma mudança a qual serve de exemplo e que pode ser usada em outras nações? O próximo capítulo buscará responder estas questões. Com esse propósito, e com base no enfoque teórico adotado neste trabalho, serão analisadas as principais reformas econômicas institucionais no intervalo de tempo em questão.

## 4 REFORMAS ECONÔMICAS INSTITUCIONAIS

Exposto a importância das particularidades de cada nação, com um debate sobre o Institucionalismo e suas diferentes abordagens, bem como a evolução chinesa no período, cabe analisar o contexto que a China se encontrava em 1978, quando Deng Xiaoping (grande precursor das reformas econômicas que se seguiram, e que possibilitaram o crescimento econômico chinês<sup>1</sup>) se torna líder político na China, e suas principais reformas que decorreram daquele momento crítico. Neste capítulo analisaremos as principais reformas econômicas que permitiram o crescimento chinês, seu *catching-up* tecnológico e comercial a partir de 1978.

Krugman (2013) argumenta que muitos pesquisadores têm sugerido que o crescimento no leste asiático – em especial na China – deve-se somente a políticas comerciais e industriais. Porém o autor nos mostra outro lado da história, em que as políticas mencionadas apenas fazem parte de um todo. Essas políticas são essenciais para o crescimento econômico, entretanto elas não são a causa que levam as altas taxas de crescimento, todavia elas permitem um crescimento acelerado.

Outros aspectos devem ser analisados para poder compreender o sucesso do crescimento dos países. Aspectos como dados não são suficientes para uma análise aprofundada da discussão. Uma resposta Institucionalista é mais apropriada para explicar o sucesso do crescimento chinês, como ficou exposto no capítulo 2. Isto é, estudar as reformas a partir de 1978 é necessário para uma boa análise.

As reformas são divididas em três partes: a primeira, entre 1980-1990; a segunda, entre 1990-2000; e a terceira, entre 2000-2050. Cada uma com um enfoque específico, porém com um objetivo em comum: o desenvolvimento econômico-social-político da China. Na avaliação do governo, era necessário abrir a economia ao exterior, modernizar a economia chinesa e eliminar a pobreza e o analfabetismo.

---

<sup>1</sup> Segundo Nonnenberg (2010), há um consenso na literatura que as reformas econômicas, principalmente a partir de 1978, foram a causa para o elevado crescimento chinês até os dias atuais.



#### 4.1 CONTEXTO E OBJETIVOS

Segundo Visentini (2011), com a visita de Nixon - presidente dos Estados Unidos (EUA) na época - à China no início dos anos 70 do século passado, os chineses começam a perceber a importância do cenário internacional. A China aumentou sua importância no mundo conseguindo um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Junto a esses movimentos, aliada com a cessão dos conflitos internos, emergiu um novo líder - Deng Xiaoping. Ele começou uma série de reformas econômicas institucionais, as quais resultaram em uma abertura externa seletiva e novos padrões de crescimento.

Com as reformas planejadas, a China observou uma série de aspectos os quais poderia ser beneficiada, já que ela possuía um amplo mercado interno com uma mão-de-obra barata, além de não ser signatária do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Além disso, ela obteve por parte dos Estados Unidos o tratamento de nação mais favorecida, classificando-a como nação em desenvolvimento, resultando em diminuição de tarifas em certos produtos para os EUA (MEDEIROS, 2008).

Conforme Lyrio (2010) e Gaulber (2012), desde a subida de Deng Xiaoping ao poder, os últimos líderes chineses transmitiram a ideia clara de que o desenvolvimento científico e tecnológico da China seria a maior prioridade para elevar o padrão de vida da população chinesa. O principal objetivo era reduzir a distância do setor tecnológico (biologia, informática, raios laser, automação, energia e novos materiais), principalmente dos países ocidentais. Para isso o aprendizado, tecnologia e bens de capital vindo do exterior, aliados a reformas internas, seriam fundamentais para o desenvolvimento da nação.

Sobre o aspecto tecnológico e de aprendizado Deng Xiaoping (1984) argumenta que:

Pero la independencia no significa auto encastillamiento, ni tampoco el auto sostenimiento equivale a ciega xenofobia. La ciencia y la tecnologia constituyen un patrimonio creado conjuntamente por la humanidad. Toda nación o país necesita aprender de los puntos fuertes de las demás naciones y países y asimilar los adelantos de su ciencia y tecnología. No es sólo a causa de nuestro actual atraso científico y tecnológico por lo que necesitamos hacer esfuerzos por aprender del extranjero. Tendremos siempre que aprender de los puntos fuertes de los demás países aun cuando nuestra ciencia y tecnología hayan alcanzado el nivel más alto del mundo. (XIAOPING, Deng, 1984,p.118).

Conforme Medeiros (1999a) a China buscava reformar a utilização da terra, aumentar as exportações e proteger o mercado interno, formar grandes grupos estatais competitivos internacionalmente, reformar as empresas estatais (adequando-as ao novo ambiente econômico), promover as empresas coletivas de vilas e municípios e configurar uma economia do tipo mista, com preços regulados e de mercado.

## 4.2 PRIMEIRO ESTÁGIO DAS REFORMAS

Nesse primeiro estágio das reformas, a China visava construir os alicerces para obter um crescimento sustentável no longo prazo. Entre os objetivos, podemos citar o fortalecimento da economia doméstica, a iniciação do processo de abertura comercial e a criação de ZEE`s. Em síntese, criar uma base sólida, com a finalidade de aproveitar - no próximo estágio - os rendimentos deste primeiro e encontrar soluções para os problemas que poderiam surgir no caminho ao desenvolvimento (SILVA, 2008).

### 4.2.1 Reformas Rurais

Zagoria (1984) argumenta que a reforma econômica no setor rural (descoletivização da agricultura) foi a mais importante do período analisado (primeiro estágio das reformas), já que ela atingiu uma enorme parcela da população chinesa. Essa descoletivização não entregou a posse da terra para os camponeses, mas sim uma maior liberdade de transacionar o produto da propriedade agrária. O produtor rural era obrigado a entregar parte de sua produção ao Estado, todavia o Governo realizava políticas de incentivo à produção rural. O preço do grão foi aumentado e o Estado permitiu que as famílias praticassem atividades paralelas para negociar nos mercados rurais.

Medeiros (2008) complementa que o uso da terra foi distribuído para cooperativas de famílias e famílias individuais (Responsabilidade Familiar). Isso permitiu que as pessoas nas áreas rurais acumulassem renda, por meio de um sistema em que o produtor era obrigado a vender para o Estado uma determinada quantidade da produção a um determinado preço. Não obstante, o restante da

produção poderia ser vendido no mercado local a um preço superior ao fixado pelo governo.

Com o excedente agrícola maior, a criação de indústrias rurais foi estimulada para absorver os rendimentos daquela população. Desse modo, novas empresas foram criadas, fomentando a economia e criando um maior padrão de vida para os camponeses das zonas rurais, os quais muitos se tornaram “pequenos empresários”, conforme Goldman (2008).

Guthrie (2006) enfatiza que, simultaneamente com essas reformas no campo, houve certa descentralização gradual da autonomia econômica do Governo Central para os governantes do partido locais, sem, no entanto, recorrer a privatizações. Esse movimento permitiu os governos locais obtivessem maior liberdade para inovar e tomar decisões, porém o governo central ainda detinha o controle político e legal.

Com maior flexibilização nas normas e maior renda da população rural, o advento das *Township and Villages Enterprises* (TVE`s) foi proporcionado.

#### **4.2.2 Township and Villages Enterprises (TVE)**

Um maior fluxo da força de trabalho foi observado, após 1978, no sentido campo-cidade, devido às mudanças que estavam acontecendo (GUOYING, 2004). Uma maneira que o governo encontrou para deter esse fluxo foi a criação das TVE`s, as quais, segundo Masiero (2006) funcionaram como uma classe de empresas públicas de propriedade dos *towns* (aglomeração de pessoas maior que vilas e menores que cidades) e comitês de *villages* (vilas).

As TVE`s foram regularizadas em 1984. Com elas os camponeses poderiam trabalhar em cidades e aldeias vizinhas, aumentando o dinamismo no campo. O objetivo delas eram realocar o excedente agrícola para a indústria que possuía uso intensivo de mão de obra. Vale ressaltar que a metade dos lucros produzidos pelas TVE`s teria que ser reinvestida nelas mesmas, com o objetivo de aumentar a produção e verbas para investimentos em novas empresas, produtos e serviços tecnológicos, infraestrutura, previdência e assistência social (ARRIGHI, 2008).

Ainda conforme Arrighi (2008), esse movimento foi essencial para o crescimento Chinês, por diversos fatores, como por exemplo: os camponeses foram absorvidos para o uso de mão de obra intensiva; elevação da renda do campo; a migração campo-cidade foi menos intensiva; aumento da competição e aumento da

produtividade entre empresas estatais e urbanas; crescimento da receita tributária rural; e como os lucros eram obrigados a serem reinvestidos, foram feitos maiores investimentos e criados novos empregos.

Zhu e Elbern (2002) elencam três pontos os quais atestam como as TVE's foram essenciais para a economia da China. O primeiro foi o suporte político aos governos locais, já que o crescimento da renda na população dessas localidades era elevado. O segundo foi uma espécie de *catching up* das regiões menos desenvolvidas, criando novos empregos e elevando a renda. O terceiro remete a um aspecto institucional chinês, em que o desenvolvimento das empresas rurais chinesas está atrelado às características chinesas. As ações conjuntas de grupos tendem a melhorar o resultado comparado com ações individuais.

#### **4.2.3 Zona Econômica Especial (ZEE)**

Para se desenvolver industrialmente, foram criadas, a partir de 1980, as Zonas Econômicas Especiais – os produtos ali produzidos deveriam ser manufaturados para a exportação - com o objetivo de, seletivamente, incorporar tecnologia e bens de capital para modernizar o setor, com isenções fiscais para atrair IDE, mas também incentivar a criação de *clusters* (concentração de empresas que se comunicam entre si por possuírem características semelhantes e se instalarem em locais próximos, colaborando entre si e tornando-se mais eficientes), com *spillovers* (externalidades que “transbordam” de uma empresa para outra) positivos (NONNENBERG, 2008).

Segundo Marti (2007), as ZEE's tinham o objetivo de atrair os investimentos estrangeiros, que por sua vez, eram beneficiados por vendas sem impostos, taxas e tarifas reduzidas, infraestrutura moderna proporcionada pelo Estado, legislação trabalhista quase inexistente ou bastante flexível, grande contingente de mão-de-obra e menos burocracia para fazer negócios. Em troca, as empresas ali instaladas introduziriam métodos mais avançados de administração, processos de *know-how* e, principalmente, de tecnologia. O resultado seria um aumento na capacidade tecnológica do país como também um aumento nas exportações e de reservas internacionais para, cada vez mais, poder elevar as importações, e adicionar valor nos produtos importados com a finalidade de exportar bens de alto valor agregado e tecnológico.

Foram criadas primeiramente quatro ZEE's (todas no litoral sul chinês): Shenzhen, Zhunai, Shantou e Xiamen. Com o sucesso das primeiras ZEE's, a partir de 1984 o governo chinês expandiu o modelo de Zonas Econômicas Especiais. Para isso foram criadas, ao longo da costa litorânea chinesa mais 14 Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), as quais firmaram parcerias com outras ZEE's e com as próprias ZDET's, e contribuíram muito para a expansão tecnológica chinesa, mais focada em energia, transportes e infraestrutura (ACIOLY, 2005). O intuito era aumentar o fluxo de IDE para o país, juntamente com tecnologia vinda do exterior. A logística era facilitada pela posição geográfica das zonas, principalmente com Hong Kong, Japão, Coreia do Sul, e Taiwan. Para se ter uma ideia, a China funcionava como uma "intermediária" da Ásia (importando bens de menor valor agregado) para os EUA (exportando bens de maior valor agregado (NONNBERG,2008).

Vale destacar, em relação a esse último ponto, que a China vem atuando como um agente que adiciona valores nas cadeias globais. Desde a década de 80 ela vem aumentando a vinculação entre importação e exportação, isto é, bens intermediários são importados para embutir valor com a finalidade de exportar. Têxteis, vestuário e equipamentos eletrônicos são os bens que mais apresentam aumento percentual nesse processo (HAFFNER, J. A. H. et al. 2017).

#### **4.2.4 Política Cambial e Comercial**

Segundo Medeiros (1999c), as ações da política comercial e cambial a partir dos anos 80 induziram ao desenvolvimento do mercado interno juntamente com a promoção das exportações. O autor fala em dois regimes - essa política foi denominada como *dualistic trade regime*<sup>2</sup> -, em que a promoção das exportações foi estabelecida com as ZEE's. Essas zonas se baseavam no processamento de importações com empresas locais contratadas por estrangeiras, nas quais visavam à exportação com vários incentivos. Enquanto isso, empresas que não se encontravam nas ZEE's se subordinavam a uma política fortemente protecionista dirigida para as exportações e para o desenvolvimento do mercado interno. Todo o

---

<sup>2</sup> Nas ZEEs se adotaram várias políticas liberais, com foco na exportação, já no restante do país, fortes barreiras comerciais e tarifárias, impedindo a competição internacional, permitiram que a indústria nacional se desenvolvesse.

comércio exterior era centralizado em *tradings* estatais (TE), as quais possuíam o monopólio cambial e tomavam a iniciativa das exportações promovendo a produção das TVE`s. As importações eram centralizadas e as tarifas sobre importações eram elevadas, além de existirem barreiras não tarifárias para diversos bens.

No tocante à política cambial chinesa, vale salientar a importância que ela exerceu para o desenvolvimento das exportações. Em um primeiro momento, os chineses buscaram manter fortemente desvalorizada sua moeda, com o câmbio definido pelo governo. Essa política funcionou como um dos principais impulsionadores da expansão das exportações (NONNENBERG, 2008).

#### **4.2.4 State Owned Enterprises (SOE`s)**

Com o novo comando do Partido Comunista Chinês (PCC), a busca por maior autonomia das empresas estatais foi um ponto importante (Wu, 2005). Seis empresas estatais selecionadas, em 1978, para a experiência piloto de expandir a autonomia, delegar poder e reter lucros. Já no ano seguinte, cem *State Owned Enterprises* (empresas estatais) foram integradas na experiência, já que as primeiras obtiveram bons resultados. Essas empresas possuíam autonomia para nomear administradores sem aprovação estatal e reter parte dos lucros (destinavam-se a bem-estar, espécies de bônus e desenvolvimento da produção).

Já em 1980, cerca de 60% das SOE`s se integraram às reformas de autonomia. Contudo, a competição entre as estatais não foi evidenciada e o sistema de preços não acompanhou a escassez dos bens. Assim, as reformas das SOE`s se estagnou. Em 1985 foi instituído um sistema de dois preços, no qual as empresas poderiam vender e comprar produtos que superassem a cota planejada pelo Estado a preços de mercado. Esse movimento desenvolveu setores não estatais, fazendo com que as mercadorias produzidas pelas SOE`s crescessem além do esperado pelo Governo, incentivando a corrupção.

A partir de 1986 foi adotado um sistema de contrato de responsabilidade (*CRS-Contract Responsibility System*), em que cada SOE assinava um contrato de três anos com uma agência reguladora estatal (DIAS, 2004). A agência supervisionava cada SOE com rigor, desde os lucros até a gestão da empresa estatal. Em 1992, aproximadamente 95% das SOE`s assinaram esse contrato. O novo arranjo institucional separava os direitos de propriedade (pertencentes ao

Estado) dos direitos de operacionalidade (gestores eleitos). Porém, os contratos de responsabilidade não melhoraram a produtividade das SOE`s. Os problemas com as SOE`s somente iriam se resolver na década seguinte.

#### **4.2.5 Reformas nos serviços públicos**

Conforme Dong e Liu (2015), essas reformas podem ser divididas em duas etapas. Uma entre 1978 a 1984 e a outra entre 1985 a 1992. Antes de 1978 os serviços públicos estavam fragilizados, escolas e universidades eram interditadas e alunos do ensino médio eram expulsos dos colégios para o trabalho na fazenda.

No primeiro período houve três conquistas importantes. Primeiro, os serviços públicos ainda estavam centrados no governo central, porém operacionalizados pelos governos locais. Segundo, a educação e a saúde receberam prioridade no investimento público. Terceiro, foi removida restrições que faziam parte para a população ter acesso ao serviço público.

No segundo período houve mais três conquistas importantes. Primeiro, o governo central não detinha mais o monopólio dos serviços públicos, agora entes privados (seletos) eram permitidos a prestar alguns desses serviços. Segundo, delegação de autonomia para os governos locais para decidir os objetivos de cada região, todavia seguindo os macros objetivos do governo central. Terceiro, criou-se um sistema de competição entre os prestadores de serviço público, com maior liberdade para ofertar o serviço.

#### **4.3 SEGUNDO ESTÁGIO DAS REFORMAS**

O segundo estágio das reformas vai de 1990 a 2000. Os objetivos visavam uma maior inserção internacional e interação com o resto do mundo, maior abertura comercial e metas de altas de crescimento do produto, além de incentivar o recebimento de investimentos externos. Visava também reformar a legislação e o setor público (SILVA, 2008).

### 4.3.1 Incentivo ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE)

Segundo Acioly (2005), o ambiente proporcionado pela China, principalmente nas ZEE's e ZDET's foi fundamental na inserção comercial chinesa. Porém, a arrancada de IDE's apenas se efetivou a partir de 1990, principalmente na área de transformação (produtos primários em intermediários ou finais), para o processo de agregação de valor. Durante o início da década de 80, os IDE's se concentravam em prospecção geológica, indústria manufatureira de trabalho intensivo e serviços. Já no ano final da mesma década, o governo chinês proporcionou benefícios para os IDE's voltados para a exportação e de processos com maior grau tecnológico. E na década de 1990-2000, a prioridade era de indústria de capital intensivo, fortalecimento da indústria química, máquinas de transporte, eletrônicos e comunicações, juntamente com estímulos ao surgimento de tecnologia de alto valor.

Até a década de 90, apenas em algumas áreas do território chinês era permitida a entrada de certos investimentos, enquanto outros territórios sofriam de grandes tarifas e impostos - uma visão para proteger o mercado interno -, conferindo ao processo de recebimento de IDE's um caráter lento, gradual e seletivo. Os IDE's eram discretos, apenas em algumas áreas e com fins determinados (MEDEIROS, 2008).

A partir da década de 90, os IDE's se voltaram para os setores com maior valor tecnológico, na forma de *joint-ventures*, com parcerias com o governo, entre capital privado e tecnológico. Isso também contribuía para uma série de trocas de aprendizagem e modernização dos bens chineses. Os IDE's se tornaram prioridade com o objetivo de aumentar a participação chinesa nas exportações globais, viabilizar o acesso à tecnologia e ao capital externo. Vale ressaltar que a estratégia de selecionar os investimentos, para manter um ritmo sustentável de modernização sempre fora um dos objetivos da política de incentivo ao recebimento de IDE's.

De acordo com Cheung (2010), a pauta de exportação e o parque industrial chinês sofreram grandes externalidades positivas com o avanço tecnológico, por causa da importação de tecnologia através dos IDE's e das empresas multinacionais que se instalavam nas ZEE's. Há vários exemplos de empresas que foram favorecidas pela abertura comercial e contribuíram com o avanço tecnológico chinês. Dentre elas podemos citar: Dell, Internacional Business Machines, Microsoft, General Electric, Motorola, Intel, General Motors, Honda, Siemens, Nortel e



Volkswagen (nota-se aqui que grandes líderes em seus setores respectivos, assim como empresas com grande conhecimento em tecnologia, técnicas e processos administrativos).

#### **4.3.2 Ausência de Propriedade Intelectual**

Um lado negativo que poderia constituir um obstáculo para o ingresso de IDE's para China, e de como ela seria encarada no exterior por outros países, era a ausência de proteção à propriedade intelectual. As empresas que ali investiam não gozavam de nenhum incentivo a proteção de patentes, muito pelo contrário. Segundo Gelber (2012), o interesse Chinês era levado ao pé da letra como uma máxima para funcionários chineses. Os acordos e documentos poderiam ser falsificados, burocratas agiam de acordo com suas vontades, o sistema era totalmente imprevisível. O autor cita que o governo sabia e não se importava. Isso apenas foi diminuído com o ingresso da China na OMC, porém não foi erradicado.

Nonnenberg (2008) explica que as *joint-ventures* as quais se instalavam na China necessitavam de um sócio local, e esses mesmos sócios apropriavam-se do conhecimento transferido do exterior, ou plagiavam marcas famosas para exportar. Não obstante, a ausência de propriedade intelectual não afetou os fluxos de IDE's, já que os benefícios e os ganhos que as empresas ali usufruíam eram muito maiores que as perdas que essas empresas poderiam sofrer. As quebras de patentes e apropriação ilegal por parte dos chineses proporcionou o aprendizado de conhecimentos com custos muito baixos e ajudaram a fomentar o desenvolvimento tecnológico chinês. Vale ressaltar que a China não foi pioneira nesse tipo de transferência ilegal, o Japão no pós-guerra foi um exemplo disso.

#### **4.3.3 Setor Público**

O sistema econômico chinês na década de 1990 se encontrava a meio caminho entre a economia planificada e a de mercado. Dias (2008) expõe que o CRS foi substituído pelo *Modern Enterprise System* (MES), criado em 1993. O MES criou diversas estruturas de direito de propriedade sobre as empresas estatais. O objetivo dessa reforma nas empresas estatais era criar companhias de

responsabilidade limitada e aperfeiçoar a estrutura de capital dessas empresas, diminuindo suas dívidas.

O MES criou novos aspectos na estrutura que caracteriza uma empresa moderna, como por exemplo: deixar os direitos de propriedade mais claros, responsabilidade limitada para os acionistas, separação da administração governamental e empresarial, novas formas de gestão e criação de conselhos de administração eleito pelos acionistas. Esse movimento facilitou a privatização das SOE`s. No começo em apenas algumas províncias e depois para o resto do país, processo que duraria até o terceiro estágio.

Somando-se a isso, há também a necessidade de falar sobre os aspectos governamentais. A partir de 1997, o número de ministérios foi diminuído, antigos ministérios foram incorporados a outros ou viraram agências estatais. Os funcionários públicos nessas áreas acabaram sendo demitidos, porém o governo ajudava com outros tipos de oportunidades. Os empregados dispensados poderiam optar em fazer cursos de graduação com despesas pagas pelo governo, além de ganhar uma ajuda de custo (QIAN, 2006). As empresas públicas acabaram tendo que se reestruturarem, diminuindo suas atividades ou acabando com suas operações.

Dong e Liu (2015) mostram que as reformas no gasto público também foram fundamentais para o desempenho econômico chinês. Como a população estava aumentando sua renda, novos problemas emergiram. Entre eles a necessidade de reformas no setor habitacional, reformas no setor de educação e reformas no setor da saúde. Em todos eles o Estado aumentou seus investimentos.

#### 4.5 TERCEIRO ESTÁGIO DAS REFORMAS

O terceiro estágio das reformas chinesas começou em 2000 e está em curso. O objetivo desse último estágio é crescer de forma sustentada, por volta de 6% ao ano, e resolver problemas socioeconômicos que aconteceram por causa do rápido processo de crescimento econômico, continuar a perseguir um grau de desenvolvimento sustentável com a finalidade de facilitar o acesso de bens materiais que o povo necessita, além de intensificar ainda mais a inserção externa chinesa, conforme Silva (2008).

Segundo Stiglitz (1999), o primeiro e o segundo estágio das reformas estão longe de terem alcançado sua plenitude, eles ainda podem servir para os novos desafios do segundo milênio. O terceiro estágio das reformas pode ser descrito como um processo de criar uma nova visão da China perante o mundo. Diminuir distorções e alcançar a plena potencialidade de suas instituições está entre os objetivos com a finalidade de ascender a uma economia estável, produtiva e eficiente.

#### **4.5.1 Ingresso na OMC**

Peres e Daibert (2015) defendem que o ingresso da China na OMC foi uma ação política, que demonstrou a necessidade dos chineses de incluir seu país no cenário mundial. Tinha o objetivo de quebrar a desconfiança e o isolacionismo da tradicional postura chinesa. O ingresso na OMC foi essencial para derrubar esses misticismos e favorecer o país através do comércio internacional, provendo maior segurança e garantia para seus parceiros. Esse movimento contribuiu para que a China alcançasse o status de grande potência.

É importante observar que a entrada da China na OMC foi um processo longo e com muitas negociações, o qual permitiu maior acesso de investidores estrangeiros ao mercado chinês e maior redução de tarifas. Todavia, a China também conseguiu manter um mercado relativamente fechado de incorporações estrangeiras para setores estratégicos, como por exemplo, o setor de agricultura e energético (ACIOLY; LEÃO, 2010). Com a entrada tardia na OMC, ela conseguiu competir com os grandes players do mercado em suas transações, já que ela primeiro se industrializou para então poder competir.

#### **4.5.2 Reformas com o objetivo de manter um ambiente institucional estável**

No tocante a política cambial, Cunha, Biancareli e Prates (2005) defendem que o controle do câmbio é um exemplo da importância do planejamento de longo prazo do Estado na economia. Em 2005 a moeda chinesa começou a operar com um câmbio flutuante “sujo”, em que ela passou a flutuar dentro de uma banda estreita. As intervenções governamentais teriam como objetivo manter a taxa de

câmbio estável, a fim de buscar um equilíbrio no balanço de pagamentos e assegurar estabilidade macroeconomia e financeira.

Os autores argumentam que os mecanismos e ferramentas do governo são usados pelo PCC para preservar o crescimento com estabilidade econômica e política, tanto interna quanto externa, no novo milênio. Os burocratas do PCC estão cientes das tensões que foram provocadas pelo alto crescimento, principalmente na década de 90. Por isso, a estratégia dos anos 2000 seria evitar desequilíbrios distributivos – tanto funcionais quanto regionais -, escassez de matérias-primas e problemas ambientais.

#### 4.6 CONCLUSÕES PARCIAIS

Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder na China, grandes reformas institucionais foram planejadas para que se realizassem de forma seletiva, lenta e gradual. O pragmatismo foi posto em prática. Se uma reforma fosse bem-sucedida em um determinado lugar, ela era transportada e implementada no restante do país, como, por exemplo, as ZEE's.

O primeiro estágio das reformas serviu para a China reestruturar sua economia interna. A descoletivização do campo e as TVE's permitiram aumentar o emprego, a população rural aumentou sua renda e fomentou a economia. Já criação de ZEE's permitiu que os chineses acumulassem divisas para a China, aumentassem seu conhecimento tecnológico e emprego no país. Essas reformas no primeiro estágio somente foram possíveis com ações conjuntas da política comercial e cambial chinesa - as quais ajudaram proteger o mercado interno e incentivar o mercado externo -, além de reformas no setor público, com mais clareza das normas e delegação para governos locais.

Enquanto isso, o segundo estágio das reformas viabilizou a China se inserir no cenário internacional. O incentivo de recebimento de IDE, combinado com a ausência de propriedade intelectual, permitiu que os chineses - além de receber grandes investimentos - acumulassem aprendizado do exterior e *spillovers*. Além de um papel estatal com aumento de investimentos e reformulação das empresas estatais.

Já no terceiro estágio das reformas, a China se inseriu definitivamente no comércio internacional, com a entrada do país na OMC. Com a ajuda de políticas

estatais com o objetivo de manter um ambiente estável, e com tratados assinados e compromissos firmados, a desconfiança de outrora foi quebrada. Os chineses já se encontravam preparados para assumir lugar de destaque no comércio mundial. A China acumulou tecnologias, técnicas e aprendizados desde 1978, o que permitiu que ela concorresse no mesmo nível com outras grandes potências no cenário global do segundo milênio.

As reformas institucionais iniciadas em 1978, além de se mostrarem eficientes para o crescimento econômico, demonstraram-se muito bem-sucedidas. Podemos dizer que os objetivos de diminuir a extrema pobreza, integrar a China no cenário mundial como uma potência (recuperando seu prestígio de séculos atrás), tirar ela do isolamento e aumentar o padrão de vida de sua população através do comércio e da tecnologia foram alcançados.

## 5 CONCLUSÃO

O tema elementar desta monografia foi a análise do desempenho econômico chinês por uma visão heterodoxa da economia, a visão institucionalista com suas três diferentes abordagens. Através de uma base de indicadores econômicos, foram expostas as variações que aconteceram na economia chinesa de 1978 a 2008, as quais refletem as mudanças econômicas institucionais que aconteceram no país no período. Essas reformas foram descritas e explicadas, com o objetivo de demonstrar como elas influenciaram na performance econômica da China.

Concluimos que o desenvolvimento típico chinês tem fundamento, antes de tudo, em suas particularidades institucionais. As reformas chinesas não servem como um paradigma para toda e qualquer situação, mas sim um exemplo de que não existe um modelo único para se desenvolver. Nesse caso, em um curto período de tempo, as reformas econômicas institucionais conseguiram fazer a China crescer como nenhum país antes visto, obter um elevado *upgrading* tecnológico, aumentar as condições de vida de sua população e se inserir, de forma incisiva, a nação no cenário internacional.

Uma base teórica para melhor entendimento sobre as diferentes abordagens institucionalistas e seus principais pontos concorrentes foi apresentada. De acordo as convergências das abordagens examinadas, a teoria neoclássica não é adequada para a análise, já que apresenta um reducionismo individualista metodológico. Elementos importantes não são levados em conta, como por exemplo: particularidades de cada nação, incertezas permeando o ambiente institucional (um padrão de crescimento único e imutável é inadequado) e instituições enraizadas na sociedade.

Além disso, a corrente ortodoxa não leva em conta a história como um ponto fundamental, o contrário da corrente heterodoxa em questão. A história usada como base de um estudo institucionalista se torna indispensável para entender o desenvolvimento chinês. Ela molda as instituições do presente e do futuro, mas também serve como uma lição para aprendizado.

Um exame pormenorizado dos indicadores econômicos chineses foi feito, com a finalidade de compreender as mudanças que aconteceram com a economia chinesa. Ficou evidente que as estatísticas chinesas sofreram grandes evoluções, a

partir de 1978, nos mais diversos segmentos. As reformas foram essenciais para que isso acontecesse.

As reformas econômicas institucionais chinesas se caracterizaram por elementos pragmáticos e planejados. Com o interesse nacional em primeiro lugar, a China não adotou receitas prontas por parte da ortodoxia, mas sim analisou primeiro suas necessidades para implementar suas reformas e alcançar os objetivos traçados. Podemos dizer que a China, antes de tudo, reformou sua economia interna, com as reformas rurais e a criação de TVE's, possibilitando que sua população aumentasse a renda e a produtividade, sem deixar de lado seu caráter institucional de ser um Estado com características autocráticas, visto que a propriedade das empresas e terras ainda pertencia ao Estado.

Juntamente com essas reformas, as ZEE's foram fundamentais para a captação de recursos, tecnologia, investimentos e aprendizado do exterior. Funcionando em partes costeiras do território chinês, foram importantes para criar empregos e aumentar a pauta exportadora chinesa. O primeiro estágio criou as bases para a década de 90, em que a China começou um processo com a finalidade de abrir sua economia para o mundo. Os IDE's aumentaram vertiginosamente. Os chineses souberam tirar proveito dessa situação e diversificaram sua pauta industrial (tanto quantitativamente como qualitativamente), principalmente ligada à exportação, além de reestruturar sua economia interna.

Políticas cambiais, comerciais e o setor estatal foram usados para favorecer os objetivos chineses. Todas as reformas, desde 1978, foram essenciais para que a inserção internacional chinesa tivesse como ápice a entrada da China na OMC. Bem estruturada economicamente, o país no século XXI começou a competir a nível global e ter capacidade de se tornar uma potência líder na Ásia, interferir na ordem mundial vigente e contribuir com o mundo globalizado, agora com novos desafios e oportunidades.

Este trabalho evidenciou que presença do Estado Chinês foi essencial para que o mercado, o qual é apenas uma instituição dentre muitas que se deve levar em conta, planejasse e trabalhasse de forma harmônica com outras instituições com a finalidade de alcançar os objetivos planejados no final dos anos 70. A China nos contemplou com um cenário diferente e eficiente – um desenvolvimento de nação com particularidades chinesas - de integrar governo e mercado para lidar com os desafios de um mundo cada vez mais globalizado, tirar países do

subdesenvolvimento e torná-los capazes de prosperarem como referências globais. Esse cenário ganha destaque e tem confirmado a importância do papel dos Estados no desenvolvimento das nações, cada uma com suas singularidades.

Por fim, a partir dos conteúdos desenvolvidos neste trabalho, é possível destacar novas perspectivas de futuras pesquisas e estudos sobre o desempenho econômico chinês. Como, por exemplo, uma análise econométrica mais aprofundada, com a finalidade de demonstrar causas e efeitos em termos percentuais que as mudanças econômicas institucionais provocaram ao longo do tempo e que podem ser observadas até os dias atuais.



## REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L. China, uma inserção externa diferenciada. **Boletim de Economia Política Internacional**: análise estratégica. Campinas: Unicamp 2005.
- ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F (Org.). **Comércio internacional**: aspectos teóricos e as experiências indiana e chinesa. Brasília: IPEA, 2010.
- AGNE, C. L.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Dos hábitos às instituições: proposições analíticas na Economia Institucional de Thostein Veblen. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 386-407, 2018.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo:
- ARROW, K. J. Path dependence and competitive equilibrium. In: GUINNANCE, T.; SUNDSTROM, W. A.; WHATLEY, W. C. (Ed.). **History matters**: essays on economic growth, technology, and demographic change. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.
- \_\_\_\_\_. Increasing returns: historiographic issues and path dependence. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v.7, n.2, p.171-180, 2000.
- BERNARDI, B.B.O Conceito de dependência da Trajetória (Path Dependence): Definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.
- CARVALHO, M. H. **A Economia Política do Sistema Financeiro Chinês**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CHEUNG, K. Y. Spillover effects of FDI via exports on innovation performance of China's high-technology industries. **Journal of Contemporary China**, v. 19, n. 65, p. 541-557, jun. 2010.
- COASE, R. H. 1991 Nobel lecture: the institutional structure of production. In: WILLIAMSON, Oliver E., WINTER, Sidney G. **The nature of the firm**: origins, evolution, and development. New York: Oxford University, 1993. Primeira edição: 1937.
- COMMONS, J. R. **Institutional economics**. Madison: University of Wisconsin, 1934.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições e Crescimento Econômico: da “tecnologia social” de Nelson à “causalidade vebleniana” de Hodgson. In: **Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu, ANPEC, 2009.

\_\_\_\_\_. Institucionalismo e o Processo de Crescimento Econômico: Inovações e Mudanças Institucionais, Rotinas e Tecnologia Social. In: ENCONTRO ANPEC, n., 2007, Onde cidade. **Anais...** Cidade: ANPEC, 2007a.

\_\_\_\_\_. Além da transação: Uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-Keynesianos. **Revista Anpec**. 2007b.

\_\_\_\_\_. Relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 1, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE, 2002b.

\_\_\_\_\_. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 19, n. 36, páginas, 2000.

CUNHA, A. M., BIANCARELLI, A. M., PRATES, D. M. A diplomacia do yuan fraco. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 11, p. 525-562, 2007.

DENG, X. **Textos Escogidos de Deng Xiaoping (1975-1982)**. Beijing: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1984.

DIAS, M. M. P. G. **A China no Séc. XXI: a evolução do sistema bancário e o futuro das reformas econômicas**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 2008.

DONG, L.; LIU, X. Public Service Reform in China. **Croatian & Comparative Public Administration**. v. 17, p. 569-592, 2017.

EGGERTSSON T. **A note on the economics of institutions, Empirical Studies in Institutional Change**, Alston L., Eggertsson T., North D. (ed.). Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, Cidade, v. 23, n. 2, p. 89-105, 2003.

GELBER, H. G. **O Dragão e os Demônios Estrangeiros: A China e o Mundo de 1100 A. C. aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GOLDMAN, M. A era de reformas pós-Mao. In: FAIRBANK, J.K.; GOLDMAN, M. (Org.). **China: uma nova história**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GUTHRIE, D. **China and globalization: the social, economic, and political transformation of Chinese society**. New York: Routledge, 2006.

GUOYING, D. Realizações agrícolas e reforma rural na nova China. In: BELLUCCI, B. (org.) **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004, pp.159-191.

HAFFNER, J. A. H et al. A internacionalização da economia chinesa: convergente ou assimétrica? **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 4, p. 1033-1058, mar. 2017.

HODGSON, G. M. Institutions and individuals: interaction and evolution. **Organization Studies**, Thousand Oaks, v. 28, n. 1, p. 95-116. 2007.

\_\_\_\_\_. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 27, n. 2, p. 159-75. 2002.

\_\_\_\_\_. The approach of institutional economics. **Journal of Economic Literature**, 36:166–192, 1998.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LEÃO, R. P. F. **O Padrão de Acumulação e o Desenvolvimento Econômico da China nas Últimas Três Décadas: uma interpretação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UNICAMP – Instituto de Economia, Campinas, 2010.

LEVI, M. A Model, a Method and a Map: Rational Choice in Comparative Analysis. In: LICHBACH, M. I.; ZUCKERMAN, A. (Ed.). **Comparative Politics: Rationality, Culture and Structure**. Nova York, Cambridge University Press. 1997.

LOPES JÚNIOR, L. B; XAVIER, C. L.; FERNANDES FILHO, J. F. Tecnologia e exportações setoriais nos BRIC. In: VIEIRA, Flávio V. (Org.). **Economia e desenvolvimento em países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China: BRIC**. Campinas: Alínea, 2009.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**. Vol.33, n.4, pp. 619-637, 2013.

LYRIO, M. C. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MARTI, M. E. **A China de Deng Xiaoping: O homem que pôs a China na cena do século XXI**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2007.

MASIERO, G. Origem e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVE's) chinesas. **Revista de Economia Política**, v.26, n.3, jul/set, 2006, pp.425-444. 2006.

MEDEIROS, C. A. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente da China**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico, **Polarização mundial e crescimento**, José Luís Fiori e Carlos Medeiros (orgs.), Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. China entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J.L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999a.

\_\_\_\_\_. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 92-112, jul.-set. 1999b.

\_\_\_\_\_. **Brasil e China Multipolaridade**. Seminário Internacional Brasil-China – Rio de Janeiro, 1999c.

MITCHELL, W. C. **Os ciclos econômicos e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas). Original publicado em 1941

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 201-218, abr./jun. 2010.

NONNENBERG, M. B et al. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1333).

NORTH, D. Understanding the process of Economic Change, **lea Occasional Paper**, London, 1999

\_\_\_\_\_. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-68, jun. 1994.

\_\_\_\_\_. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter. 1991.

\_\_\_\_\_. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

OLIVEIRA, G. C. O estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia UFPR**, Curitiba ano 32, v. 34, n.3, p. 61- 88, set./dez. 2008.

PERES, A. L. S.; DAIBERT, L. S.. A China e a Organização Mundial do Comércio. **Direito Chinês Contemporâneo**, n. 1, p. 387-412, 2015.

PESSALI, H.; FERNANDEZ, R. Institutional Economics at the micro level? What transaction cost theory could learn from original institutionalism (in the spirit of building bridges). **Journal of Economic Issues**, 33(2): 265-275. 1999.

PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions, and social analysis**. Princeton: Princeton University Press; 2004.

QIAN, Pingfan. Development of China's Industrial Clusters: Features and Problems. **China Development Review**, v.5 n.4, p. 44-51. 2003.

SAMUELS, Warren J. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 19, p. 569-590. 1995.

- SAUSEN, D. **Uma Abordagem Institucionalista do Desenvolvimento Econômico**: ênfase na Política de C,T&I Brasileira a partir dos Anos 1990. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2012.
- SILVA, H. P. M. Reforma e Abertura na China: vinte e cinco anos. **Fragmentos de cultura**, Goiania, v. 18, n. 1/2, p. 67-78, jan. 2008.
- SILVA, V. L. Fundamentos do Institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Política & sociedade**, v. 9, n. 17, p. 289–323, 2010.
- STIGLITZ, J. E. **China**: Forging A Third Generation of Reforms. 1999. Discurso em Beijing.
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD. **Handbook of Statistics**.
- VISENTINI, P. A novíssima China e o sistema internacional. **Revista de sociologia e política**. Curitiba. Vol. 19, p. 131-154. nov. 2011.
- VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 403-414. 1998. Originalmente publicado em 1898.
- \_\_\_\_\_. **The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts**. New York: The MacMillan, 1918.
- \_\_\_\_\_. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas). 1983. Original publicado em 1899.
- WILLIAMSON, O. E. **Las instituciones económicas del capitalismo**. México: Fondo de Cultura Económica. 1985.
- ZAGORIA, D.S. China's quiet revolution. **Foreign Affairs**, Primavera, 1984.
- ZHU, Q. & ELBERN, S. Economic institutional evolution and furthers needs for adjustment: Township Village Enterprises in China, ZEF – **Discussion Papers on development Policy**, n.56. Bonn: 2002.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F (Org.). **Crise financeira global**: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. Brasília: IPEA, 2011.
- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. **As relações bilaterais Brasil — China**: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Brasília: IPEA, 2011.
- ADB. **Private Sector Assessment. People's Republic of China**. Manila: Asian Development Bank, 2003.
- ANDREAS, J. A. Shanghai model? **New Left Review**, v.65,oct, 2010.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BATEIRA, J. A relação Estado-mercados na perspectiva do Institucionalismo Original, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 95: 35-54. 2011.
- BELLUZZO, L. G. M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BORIN, A.; Di STEFANO, E., Economic Reforms in China and India: past and future challenges, **Bank of Italy Occasional Papers**, Questioni di Economia e Finanza n. 337. 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos e Divisão de Inteligência Comercial. **Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais — China — agosto de 2013**. Brasília, 2013.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições e Crescimento Econômico: da “tecnologia social” de Nelson à “causalidade vebleniana” de Hodgson. In: **Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu, ANPEC, 2009.
- DWYER, Thomas Patrick. **A China e o Brasil**. Mudanças e desafios para a Sociologia brasileira. 2012.
- HE, F. **A Reforma Econômica da China**. Rio de Janeiro, Caderno Adenauer IV, 2003.
- KALDOR, N. The Role of Increasing Returns, Technical Progress and Cumulative Causation in the Theory of International Trade and Economic Growth, in Kaldor, N., **Further Essays on Economic Theory and Policy**, N. York: Holmes & Meier. 1981.
- KRUGMAN, P. R. New Theories of Trade among Industrial Countries. **American Economic Review, Papers and Proceedings**, Pittsburgh, v. 73, p. 343-347, 1983.

LEMOINE, Françoise. **FDI and the opening up of China's economy**. CEPPII, 2000.

LO D.; LI G., China's economic growth, 1979-2007: structural-institutional changes and efficiency attributes, **mimeo**. 2011.

LOPES JÚNIOR, L. B; XAVIER, C. L.; FERNANDES FILHO, J. F. Tecnologia e exportações setoriais nos BRIC. In: VIEIRA, Flávio V. (Org.). **Economia e desenvolvimento em países emergentes**: Brasil, Rússia, Índia e China: BRIC. Campinas: Alínea, 2009.

NAUGHTOM, B. The Chinese economy – Transitions and Growth. **The MIT Press**. Cambridge, Massachusetts. 2007

THIRLWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico**: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: IPEA, 2005.

VIEIRA, F. V. China: crescimento econômico de longo prazo, **Revista de Economia Política**. 2006.

VISENTINI, P.; RODRIGUES; G. **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos**. Porto Alegre: Novo Século: 2000.